

CARLOS DAVID DE FREITAS

Programa: Filosofia

Defesa: 19/12/00

Proc. 370/97

DESEJO E PENSAMENTO NAS PRIMEIRAS TEORIAS DO
APARELHO PSÍQUICO:

UMA ABORDAGEM EM TERMOS DE INTENCIONALIDADE

Marília
2000

CARLOS DAVID DE FREITAS

**DESEJO E PENSAMENTO NAS PRIMEIRAS TEORIAS DO
APARELHO PSÍQUICO:**

UMA ABORDAGEM EM TERMOS DE INTENCIONALIDADE

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Filosofia (Área de concentração : Ciência cognitiva e filosofia da mente).

Orientadora : Prof^a Dra. Carmen Beatriz Milidoni



Marília
2000

1410001124



Nº cham 121
F866d

Nº Tombo 1124

Aquisição D

Preço 5,00

Data / /

Proced. Luter



Freitas, Carlos David de
F866 Desejo e pensamento nas primeiras teorias do aparelho psíquico : uma
abordagem em termos de intencionalidade / Carlos David de Freitas. --
Marília, 2000.
119 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade
Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", campus de Marília.
Orientadora : Profª Dra. Carmem Beatriz Milidoni

1. Intencionalidade (Filosofia) 2. Filosofia da mente. I. Título.

C.D.D. 128.2

CARLOS DAVID DE FREITAS

**DESEJO E PENSAMENTO NAS PRIMEIRAS TEORIAS DO
APARELHO PSÍQUICO:**

UMA ABORDAGEM EM TERMOS DE INTENCIONALIDADE

COMISSÃO JULGADORA

Presidente e Orientadora: Dra. Carmen Beatriz Milidoni

2ª Examinadora: Dra. Rita de Cássia Tibério Araújo – Unesp/Marília

3ª Examinadora: Dra. Mariana Claudia Broens – Unesp/Marília



À

Minha família

Pelo amor e estímulo



Agradecimentos

À Professora Doutora Carmen Beatriz Milidoni, orientadora competente, dotada de conhecimento admirável, pessoa dedicada, compreensível, atenciosa, que em mim depositou confiança, me proporcionando o privilégio de ser seu orientando.

Às Professoras Doutoras Mariana Claudia Broens e Rita de Cássia Tibério Araujo pelas valiosas sugestões.

Às Professoras Doutoras Maria Eunice Quilice Gonzales e Maria Cândida Soares Del-Masso pelo acolhimento e incentivo.

Aos professores do curso, funcionários da UNESP., amigos, enfim, a todos aqueles que me ajudaram a atingir esta meta.



Sumário

Resumo.....	3
Introdução.....	4
Capítulo 1 – Desejo e pensamento no <i>Projeto de uma psicologia</i>	7
Introdução.....	8
1.1 A hipótese da Quantidade e a Teoria dos Neurônios.....	9
1.2 Os Neurônios φ e ψ	14
1.3 Os Neurônios ω	17
1.4 Os Neurônios do Manto e do Núcleo.....	19
1.5 A vivência de satisfação.....	21
1.6 O desejo.....	25
1.7 A formação do Eu.....	27
1.8 O Pensar Recordativo ou Reprodutivo.....	31
1.9 Diferença entre Pensamento e Processo Primário.....	36
1.10 O Pensar Prático.....	38
Capítulo 2 – O movimento do Desejo e o Pensamento na Primeira Tópica.....	42
Introdução.....	43
2.1 Pressupostos do “Projeto” na construção da Primeira Tópica.....	44
2.2 A Primeira Tópica -A formação dos sistemas inconsciente, pré-consciente e consciente.....	47
2.3 A Formação dos Sonhos.....	54
2.4 Os Processos Primários e Secundários.....	58
2.5 Recalcamento.....	61
Capítulo 3- A Intencionalidade sob a ótica de John Searle.....	64
Introdução.....	65
3.1 O conceito de Intencionalidade.....	65
3.2 As relações entre a “Intencionalidade” e o “Modelo do Ato de Fala”.....	69
3.2.1 Distinção similar na estrutura dos atos de fala e dos estados Intencionais.....	71
3.2.2 As direções de adequação.....	72
3.2.3 A condição de sinceridade.....	77
3.2.4 As “condições de satisfação”.....	79
3.3 Significado.....	85
3.4 A Intencionalidade nos estados Consciente e Inconsciente.....	87

Capítulo 4 Desejo e pensamento em termos de intencionalidade.....	96
Introdução.....	97
4.1 O Aparelho psíquico e a realidade.....	97
4.1.1 Algumas considerações de J. Laplanche.....	97
4.2 O “Aparelho Psíquico” e a crença.....	104
4.3 Freud e Searle.....	106
4.3.1 A percepção visual em Searle.....	106
4.3.2 O estatuto da alucinação em Freud e Searle.....	109
4.3.3 O ajuste “mente-mundo” e o “Pensamento Prático”.....	110
4.4.4 O ajuste “mundo-mente” e a satisfação do Desejo.....	111
Considerações finais.....	113
Referência Bibliográfica.....	119



Resumo

Neste trabalho pretendemos articular os conceitos de Freud de desejo e pensamento com o conceito de Intencionalidade de Searle. Tal articulação tem como objetivo mostrar a plausibilidade da seguinte hipótese: entendemos que a teoria searliana da Intencionalidade, que enlaça os estados mentais com o mundo extra-mental, proporciona um melhor acabamento, com bases realísticas, à teoria freudiana. Com efeito, essa teoria, embora pretenda alicerçar desejo e pensamento no real, o faz de maneira um tanto ambígua, já que a mesma se sustenta apenas numa crença acerca da existência de objetos no mundo extra-mental. Desta maneira, pensamos, que as idéias de Searle contribuiriam no afastamento dos perigos de um possível fracasso na obtenção de metas por parte de pensamentos e desejos, dado o caráter real que assumem os objetos Intencionais na visão searliana.

Introdução

A proposta de nosso trabalho é realizar a articulação dos conceitos de Freud de desejo e pensamento com a teoria da Intencionalidade de John Searle.

Entendemos que a perspectiva de Searle fornece um conceito de Intencionalidade que sustenta melhor a pretensão freudiana de uma efetiva realização dos desejos através de processos de pensamento que devem ter em conta os dados do real.

No que tange à teoria freudiana, serão tematizadas as conceituações de desejo e pensamento elaboradas por Freud nos primórdios da psicanálise, posto que é nesse momento que tais conceituações são objeto de um exaustivo tratamento e adotam, no essencial, sua feição definitiva.

Consoante com este recorte examinaremos, no Capítulo 1, o *Projeto de uma psicologia científica* (1895), em que Freud apresenta os processos psicológicos de forma “naturalista” e constrói um modelo de mente sob a forma de um sistema neuronal investido por quantidades de excitação tanto de origem externa quanto interna.

Notaremos que Freud se utiliza do modelo de uma Teoria dos Neurônios inspirada nas descobertas histológicas da época, como também se

apropriada de algumas noções provenientes da Física, sendo que nos depararemos assim com termos como inércia, constância, energia, *quantidades*, que estão relacionados, de alguma maneira, às leis de movimento dos corpos materiais. Entretanto, o autor articulará os conceitos veiculados por esses termos com conceituações derivadas de sua prática clínica. Destacaremos em especial que o desejo é caracterizado pelo movimento de quantidades fluentes de excitação no sentido do restabelecimento da satisfação original, ou seja, a *vivência da satisfação*, e que a realização do desejo é justamente a efetivação deste restabelecimento. O pensamento não seria outra coisa senão um re-trilhar pelo circuito do desejo, mas em condições que inibiriam um fluxo desenfreado de quantidades.

No Capítulo 2 apresentaremos a primeira tópica freudiana, que fora desenvolvida no Capítulo VII de *A interpretação dos sonhos*, publicada no ano de 1900. A primeira tópica é caracterizada pela hipótese do aparelho psíquico ser formado por três sistemas: os sistemas inconsciente, pré-consciente e consciente. No decorrer deste capítulo veremos que o pensamento do sonho se forma no sistema inconsciente e entrará em conflito com o sistema pré-consciente. Verificaremos em especial que um pensamento sobre algo desejado se realiza no sonho, ou seja, o sonho é uma realização do desejo. Todavia, resgataremos como centrais os conceitos de desejo e pensamento (processos psíquicos secundários), indo além do contexto dos sonhos e considerando os processos desiderativos e cogitativos do ponto de vista de sua situação no



aparelho psíquico. Tais desejos e pensamentos estarão agora formulados não mais em termos de circuitos neuronais mas sim representacionais.

O conceito de intencionalidade sob a ótica de Searle é o que apresentaremos no Capítulo 3, onde verificaremos que o autor explica a natureza da intencionalidade fazendo uma relação entre os *estados Intencionais* e os *Atos de fala*, por haver semelhança entre os termos dessa relação na forma de *representar*, pontuando assim que a Intencionalidade consiste na direcionalidade de estados e eventos mentais para objetos e estados de coisas que têm lugar no mundo externo.

Reservamos o Capítulo 4 para articular os pensamentos searleano e freudiano, por entendermos que devido à complexibilidade das teorias, era melhor apresentarmos, neste momento, e em capítulo à parte, os pontos em que a teoria da Intencionalidade de Searle (que tem em conta os dados do real) proporciona um melhor acabamento ao pensamento de Freud, que sustenta tão somente a crença na existência do objeto.

Finalmente, nas *Considerações Finais* deste trabalho, recapitularemos os principais assuntos que foram tratados, explicitando nossas conclusões em torno desses assuntos.



Desejo e pensamento no

Projeto de uma psicologia



Capítulo 1 : Desejo e pensamento no *Projeto de uma psicologia*

Introdução

Neste capítulo realizaremos uma apresentação de algumas das idéias do *Projeto de uma psicologia*, obra elaborada por Freud em 1895, e que foram a mola propulsora para o desenvolvimento do tema proposto em nosso trabalho.

Trataremos o referido texto em nosso trabalho como *Projeto* e destacaremos, em especial, a forma pela qual se processam o Desejo e o Pensar na Parte I, e o Pensar prático (um dos tipos de pensar), na Parte III do texto freudiano em apreço.

Pretendemos, neste primeiro capítulo, propiciar uma breve reflexão sobre os primeiros delineamentos dos assuntos em consideração, os que comportam grande complexidade.

Ao trilhar o fio condutor que nos conduz ao entendimento do *Projeto*, cujo objetivo é apresentar os processos psicológicos de forma *naturalista*, conforme consta na introdução desse nosso trabalho, Freud utiliza-se do modelo da Teoria dos Neurônios conforme alguns conhecimentos históricos da época, como também da Física, sendo que nos deparamos com termos como inércia, constância, energia, quantidade, os quais estão de alguma maneira relacionados às leis de movimento dos corpos materiais. Entretanto, Freud articulará os conceitos veiculados por esses termos com conceituações derivadas de sua prática clínica.



Frente ao exposto, podemos notar um certo caráter metafórico nas hipóteses que foram colocadas. Esse caráter metafórico residiria, conforme Milidoni (1993, v. 1, cap. 1 e 2), numa espécie de identificação, ora real, ora virtual, entre os domínios do psicopatológico, do neuro (físico) fisiológico e do psicológico, segundo procedimentos de criação de semelhanças e deslocamento de sentido entre os ditos domínios.

1.1 A hipótese da Quantidade e a Teoria dos Neurônios

Freud (1995, p.9) inicia o texto da seguinte forma:

O propósito [é] fornecer uma psicologia científico-naturalista, ou seja, apresentar processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partes materiais capazes de serem especificadas e, com isso, torná-los intuitivos e livres de contradições. [Estão] contidas duas idéias principais.

1 concebe o que diferencia atividade de repouso como Q, submetida à lei geral do movimento.

2 toma os neurônios como partículas materiais.

Para explicar o fundamento das duas idéias supramencionadas pelas expressões "Q" e "Neurônios", Freud (1995) apresenta dois postulados. O primeiro se refere à "Concepção Quantitativa" e o segundo diz respeito à "Teoria Neuronal".

Conforme Freud (1995), "a concepção quantitativa" é decorrente de "observações" realizadas junto a seus pacientes, os quais apresentavam problemas de ordem psicopatológica.

Freud (1995) parece ter observado que nos quadros de ordem psicopatológica, a carga afetiva ligada a certas representações aparecia de forma

mais clara e intensa do que nos "processos normais", o que o levou a conceber a "excitação nervosa" como "quantidade em fluxo", ou seja, como uma quantidade de energia em movimento.

Como poderemos observar no decorrer da exposição do *Projeto*, Freud refere-se à quantidade representada pelas letras "Q" ou "Qn'".

A distinção entre as letras "Q" e "Qn'" é esclarecida por Gabbi Junior em nota na obra de Freud (Freud, 1995 nota 02, p.110), sendo que "Q" refere-se à quantidade de origem externa e "Qn'" à quantidade de origem interna.

Com relação à "Teoria dos neurônios", esta parece ter sido fundamentada com base em estudos anatômicos, o que podemos observar na seguinte colocação:

...O conteúdo principal do novo conhecimento é que o sistema nervoso consiste em neurônios distintos, de mesma arquitetura, em contato por mediação de massa alheia, que acabam uns nos outros como partes de tecido alheio, onde estão prefigurados certas direções de condução, na medida em que recebem {Q} através de prolongamentos celulares e emitem {Q} por meio de cilindros do eixo. Além disso, existe ainda uma numerosa ramificação com diferença de calibre" (Freud, 1995, p.11).

A teoria neurônica supramencionada parece ser apropriada pelo *Projeto*, e ao reuni-la com a "concepção quantitativa" Freud nos dá a entender que em determinados momentos os neurônios estão "ocupados" por quantidades e em outros "vazios".

Em função da ocupação ou esvaziamento de quantidades, Freud elabora dois "Princípios" cuja finalidade é a de explicar a *atividade* da quantidade

nos neurônios, quais sejam: o "Princípio de inércia neurônica" e o "Princípio de constância".

No que diz respeito ao "Princípio de inércia", este se efetiva na medida em que o neurônio procura *libertar-se* de quantidades externas. Esse princípio parece eliciar o movimento da quantidade em busca da liberação.

Tal princípio *explica* a divisão dos neurônios em *sensoriais* e *motores*. Seu funcionamento é semelhante ao *movimento reflexo* (descarga imediata do elemento sensorial para o motor).

O funcionamento do "Princípio de inércia" ocorre da seguinte forma:

Quando o sistema nervoso é atingido por "Q", via os neurônios sensoriais, essa quantidade externa é descarregada pelos neurônios motores, por intermédio da "ligação com os mecanismos musculares" (Freud, 1995, p.10).

Notamos que a finalidade do "Princípio de inércia" é fazer sair do sistema nervoso a quantidade externa que possa atingi-lo. Esse processo de "eliminação" fora denominado como "função primária do sistema nervoso" (Freud, 1995, p.10).

Quanto ao "Princípio de constância", para introduzi-lo, Freud indica que o sistema nervoso, além de receber a estimulação externa, recebe também a do interior do corpo, ou seja, os "estímulos endógenos". Freud esclarece que, diante desta nova situação, a tendência à inércia permanece, mas "...modificada no esforço de manter a Qn' no menor nível possível, em defender-se contra a elevação, ou seja, em mantê-la constante". (Freud, 1995, p.11)

Conforme Freud, os estímulos endógenos são oriundos de "células corporais", o que levaria a determinados "carecimentos", tais como "fome, respiração, sexualidade" (Freud, 1995, p.11).

Verificamos ao explicar o "Princípio de inércia" que os estímulos externos, ao atingirem os neurônios sensoriais, são descarregados pelos neurônios motores. E de que maneira se daria a eliminação da estimulação endógena?

A eliminação dos estímulos endógenos ocorre mediante a "ação específica", que deverá ser exercida por alguém no "mundo externo".

O que seria a "ação específica"?

Esta resposta será melhor esclarecida quando apresentarmos a "vivência de satisfação", em que Freud ilustra a questão com o exemplo de um infante faminto, que por si só não possui condições de saciar a sua fome, sendo necessária uma intervenção no "mundo externo". A referida ação é caracterizada pelo papel desempenhado pela mãe que atenta ao choro da criança o amamentará, implicando assim na eliminação dos estímulos endógenos.

O "armazenamento" das quantidades de origem interna supõe a satisfação de dois critérios, em conformidade com o "Princípio de constância".

O primeiro critério é a necessidade do sistema nervoso "manter a Qn' no menor nível possível" (Freud, 1995, p.11)

Quanto ao segundo critério, o sistema nervoso deve "defender-se" do aumento de quantidades.



Os dois critérios referidos denotam a necessidade do sistema nervoso manter “Qn’ ” em certo nível mínimo por cima de um limiar ou mantê-la constante. O esforço no sentido de tal manutenção é o que caracteriza assim o “Princípio de constância”

De que forma se daria a acumulação de quantidades neurônicas, o que conduziria à realização da ação específica?

Freud (1995) explica que a possibilidade da acumulação de “Qn’ ” poderia se dar através de “resistências” que seriam contrárias à “eliminação”. Tais resistências foram denominadas por Freud como “barreiras de contato” e estariam localizadas entre os neurônios.

A justificativa de Freud (1995, p.12) com relação às “barreiras de contato” é a seguinte:

“...aqui a condução atravessa protoplasma indistinto ao invés de atravessar, como, aliás, ocorre no interior do neurônio, um [protoplasma] diferenciado, provavelmente mais apropriado para a condução. Assim, tem-se uma indicação para ligar a faculdade de condução à diferenciação, de modo que se tem o direito de esperar que, através do próprio processo de condução, crie-se uma diferenciação no protoplasma, e, com isto, uma melhor faculdade condutiva para conduções posteriores”.

Gabbi Junior em nota na obra de Freud (Freud, 1995, nota 23, p.116) nos esclarece a argumentação supramencionada, indicando que em alguns “pontos de contato” haveria uma “menor capacidade” para reter quantidades, o que seria decorrente de que nesses pontos poderia haver uma corrente de grandes quantidades ou um grande número de passagens de quantidades.

1.2 Os Neurônios " ϕ " e " ψ "

Após a indicação que o *aparelho psíquico* recebe os estímulos externos e internos, veremos a seguir como Freud introduz os sistemas neurônicos, e as implicações das quantidades que neles circulam. Primeiramente verificaremos a relação entre as quantidades externas e os neurônios.

No decorrer de suas explicações, nas primeiras três seções da Parte I do *Projeto*, Freud postula a necessidade de distinguir os neurônios em duas classes: A primeira classe diz respeito aos neurônios que são "permeáveis" e que, portanto, deixam passar "Q" sem impedimentos, pois não há barreira de contato entre os mesmos. A segunda classe está relacionada aos neurônios que são resistentes à passagem de "Q" e ao mesmo tempo retentivos da mesma.

"[(1)] os que deixam passar Qn' como se não tivessem barreiras de contato e que, portanto, após cada curso excitativo, estão no mesmo estado que antes; [(2)] os {neurônios} cujas barreiras de contato fazem valer-se, de modo que só deixam passar Qn' com dificuldade ou só parcialmente. Os que podem, após cada excitação, estar em outro estado do que o anterior dão, portanto, uma possibilidade de apresentar a memória" (Freud, 1995, p. 13).

A primeira classe de neurônios acima mencionada (neurônios permeáveis a passagem de quantidades externas) fora representada pela letra grega " ϕ ". Essa classe de neurônios será a encarregada de receber os estímulos sensoriais (função da sensação) que, acrescidos de consciência como veremos mais à frente, darão lugar às percepções das qualidades sensoriais. A segunda classe (neurônios resistentes e ao mesmo tempo retentivos de quantidades externas) foi designada pela letra grega " ψ ", e está correlacionada com a função da memória.

No que diz respeito à memória, ela se efetiva na medida em que tais neurônios registram os caminhos percorridos pelas quantidades de excitação (tanto as excitações externas quanto as internas) que os atingiram.

O autor indica que quanto mais um caminho é percorrido (por quantidades), as barreiras de contato vão se tornando menos resistentes, facilitando assim o investimento de quantidades de excitação em tais neurônios. Esta condutibilidade facilitada de corrente de quantidades, fora denominada “grau de facilitação”.

Veremos, no decorrer deste capítulo, quais são as consequências dos caminhos facilitados no sistema “ ψ ”, onde as quantidades de excitação circulam com facilidade.

No que diz respeito à ligação entre os neurônios, Freud (1995) explica que cada neurônio “ ψ ” está conectado com “várias barreiras de contato” e que deve haver uma independência entre as barreiras de um único neurônio, o que facilita a circulação de quantidades nos caminhos facilitados.

Freud justifica biologicamente a hipótese da divisão dos neurônios em “ ϕ ” e “ ψ ” através da anatomia, argumentando o seguinte:

...De fato, conhecemos, a partir da anatomia, um sistema de neurônios (a substância cinzenta da medula espinhal), o único em conexão com o mundo externo, e um superposto (a substância cinzenta do cérebro) que não tem ligações periféricas diretas, mas é responsável pelo desenvolvimento do sistema nervoso e das funções psíquicas...” (Freud, 1995, p.17).

Frente ao exposto, entendemos que o sistema “ ϕ ” estaria identificado com a substância cinzenta da medula espinhal, pois estaria em

contato com o "mundo externo" e o sistema " ψ " com a substância cinzenta do cérebro, sem ligação direta com a periferia e voltado para as "funções psíquicas".

Através desse critério "tópico/quantitativo", Freud justifica a permeabilidade dos neurônios " ϕ " e a resistência dos neurônios " ψ " a quantidades. Todavia, o critério que ajuda a diferenciar inequivocamente os neurônios " ϕ " e " ψ " não apontaria para nenhuma característica estrutural dos mesmos. Tal diferença residiria, antes de mais nada, na relação desses tipos de neurônios com os diferentes meios de proveniência das quantidades que eles têm que enfrentar, e com as diferentes ordens de magnitude dessas quantidades.

A grande quantidade externa recebida pelos neurônios " ϕ " não encontra "resistência" nas suas "barreiras de contato". Entretanto, no sistema " ψ " ocorre o inverso, sendo que nestes chegam quantidades "...da ordem de magnitude dessa resistência..." (Freud, 1995, p.18).

Ainda com relação aos neurônios " ϕ ", Freud esclarece: "...não terminam livremente na periferia, mas sob formações celulares que recebem no seu lugar o estímulo exógeno..." (Freud, 1995, p. 20).

Freud considerou as "formações celulares" como "terminações nervosas", cuja finalidade seria o amortecimento de quantidades externas. Desta forma, sua função seria a de proteger o sistema nervoso de quantidades, permitindo somente a passagem de "frações das Qs exógenas", as quais chegariam ao sistema " ψ ".

Vimos que as quantidades externas sofrem uma redução por intermédio das "terminações nervosas" o que implica na passagem de "frações"

das quantidades externas. No entanto, Freud indica que podem ocorrer "falhas" nesse processo, o que causaria a "dor":

A "dor" implica na entrada de grandes quantidades no sistema nervoso:

"...inferimos que a dor consiste na irrupção de grandes Qs na direção de ψ (...) A dor coloca tanto o sistema ϕ como ψ em movimento, não há para ela nenhum impedimento de condução, ela é o mais imperioso de todos os processos. Portanto, os neurônios ψ parecem ser permeáveis para ela, ou seja, ela consiste na ação de Qs de grandeza maior"(Freud, 1995, p. 21).

Freud (1995) nos leva a entender que a dor se caracteriza pelo impacto de grandes quantidades em " ϕ ", que atinge o sistema " ψ ", tornando este último sistema também permeável a quantidades.

A dor atinge a totalidade dos caminhos e, como consequência, "deixa" após sua ocorrência "facilitações permanentes" no sistema " ψ ": "...como se {os neurônios} tivessem sido atingidos pelo raio, facilitações que provavelmente cancelam totalmente a resistência das barreiras de contato e fundam aí um caminho de condução como existe em " ϕ " (Freud, 1995, p.21).

1.3 Os Neurônios ω

Após a apresentação dos neurônios " ϕ " e " ψ ", trataremos a seguir do terceiro sistema neurônico que se correlaciona à percepção-consciência e que é representado pela letra grega " ω ".

Ao abordarmos esse sistema, poderíamos indagar:

Se a proposta de Freud é fornecer uma psicologia que seja uma ciência natural, como então situar a consciência no *Projeto*?

Antes de iniciar a fundamentação dessa terceira classe de neurônios, Freud (1995, p. 22) esclarece os seguintes aspectos:

"A consciência dá-nos o que se chama de qualidades, sensações que numa grande variedade são algo diverso e cuja diversidade diferencia-se segundo relações ao mundo externo. Nessa diversidade há séries, semelhança etc, não há propriamente quantidades".

Frente ao exposto, observamos que a consciência no *Projeto*, fornece "qualidades sensoriais".

Freud (1995) esclarece que isso é possível em função do sistema " ω " ser "estimulado" junto com a percepção, dando assim origem às "sensações conscientes".

Como isso ocorre?

A explicação dada por Freud (1995) a esse processo está relacionada a uma "característica temporal", denominada "período", que ocorre paralelamente à passagem de quantidades entre neurônios que se efetua na medida em que ocorrem desvios no estado "monótono" do período dos neurônios " ψ ". Tais desvios são detectados em " ω " em forma de "qualidades". Poderíamos dizer que os neurônios " ω " são leitores de período, propiciando, assim, o advento das qualidades.

Conforme Freud (1995), as "diferenças de período" são oriundas dos "órgãos dos sentidos", os quais agem como "crivos", na medida em

que só permitem passar estímulos de certos processos com determinado período, e que chegam ao sistema “ ω ” por intermédio dos neurônios “ ϕ ” e “ ψ ”.

Além dos neurônios “ ω ” serem leitores de período, propiciando assim a emergência das qualidades sensoriais, outra de suas finalidades é a de acusar as “sensações de prazer e desprazer”, as quais parecem estar relacionadas ao “Princípio de inércia”, ou seja, eliminar as quantidades que atingem o aparelho.

A sensação de “desprazer”, segundo Freud, é decorrente de um “aumento” ou “pressão” de quantidades no sistema “ ψ ”, o que causaria a sensação de “desprazer” no sistema “ ω ”.

Quanto à “sensação de prazer”, somente ocorre com a “eliminação” das quantidades no sistema “ ψ ” para a parte motora.

Cabe esclarecer que o sistema “ ω ” não é portador de memória, sendo que nele não circula energia, situação essa que ocorre no sistema “ ψ ” e que registra as situações que ocorrem no “aparelho psíquico”.

1.4 Os neurônios do Manto e do Núcleo

Freud (1995) pontua que o sistema “ ψ ” registra tudo o que ocorre no “aparelho psíquico” visto que é portador de memória, bem como é concebido como veículo dos “processos psíquicos em geral”. Para que possamos obter um melhor entendimento das funções desse sistema, apresentaremos as seguintes reflexões:

Vimos anteriormente que as quantidades externas recebidas por “ φ ”, chegam até “ ψ ”.

E os estímulos internos, são também recebidos por “ ψ ”?

A resposta freudiana é sim. Portanto, o sistema “ ψ ” recebe os estímulos externos e internos.

Tendo em vista o recebimento dos dois tipos de estímulos, Freud subdividiu o sistema “ ψ ” em neurônios do “manto” e do “núcleo”.

No que diz respeito aos neurônios do “manto”, Freud pontua que eles recebem e registram os estímulos externos por intermédio de “ φ ” e também recebem e registram os estímulos de ordem interna.

Como se processa o encaminhamento dos estímulos internos para “ ψ do Manto”?

Esse encaminhamento ocorre mediante os neurônios do “núcleo” ou “ ψ do núcleo”.

Antes de abordarmos os aspectos relacionados a “ ψ do núcleo”, esclarecemos que os “estímulos endógenos”, que são de “natureza intercelular”, estão ligados às necessidades fisiológicas do ser humano, que se manifestam constantemente, como por exemplo, a fome.

Vejamos como se processam o encaminhamento dos estímulos internos para “ ψ do manto” por intermédio de “ ψ do núcleo”.

Freud (1995) explica que entre o interior do corpo, de onde provém as necessidades fisiológicas (no exemplo, a fome), e “ ψ do núcleo”,

existem “vias de condução” que são de “múltipla articulação” como também “intercaladas”, com inúmeras “barreiras de contato”.

Ocorre que por não ser saciada a fome, a quantidade de excitação vai acumulando-se, caracterizando assim, o processo que Freud chamou de “somação”.

A “somação” da quantidade de “excitação interna” tem como consequência a superação das “barreiras de contato” das “vias de condução” existentes entre o interior do corpo e “ ψ do núcleo”, tornando tais estímulos endógenos em estímulos psíquicos.

Entendemos que ao se tornarem estímulos psíquicos, os neurônios de “ ψ do núcleo” são investidos de energia, que é dirigida de maneira contínua para “ ψ do manto”, que a recebe e a registra.

1.5 A Vivência de Satisfação

No texto do *Projeto*, Freud (1995) apresenta dois tipos de vivência: a “vivência de dor” que está relacionada a grandes quantidades de energia externa que atinge o “aparelho psíquico” e a “vivência de satisfação” que está relacionada à satisfação dos estímulos internos.

Cabe esclarecer que das vivências mencionadas, a de nosso interesse é a “vivência de satisfação”, a qual está relacionada ao movimento do desejo.

Vimos anteriormente que após o processo de somação, há a superação das "barreiras de contato" e conseqüentemente os estímulos endógenos tornam-se psíquicos em razão do investimento dos neurônios "ψ".

Diz Freud que a princípio, o sistema nervoso tenta livrar-se das quantidades nucleares através do "aparelho motor". No exemplo da criança faminta, isto quer dizer que o sistema nervoso da criança tentará livrar-se das quantidades que investem os neurônios do "núcleo", através da "expressão de emoções, gritos, inervação muscular" (Freud, 1995, p.31). No entanto, o processo de "somação" dos "estímulos endógenos" não cessa e conseqüentemente continua a ocorrer o investimento de quantidades dos neurônios nucleares. Portanto, a "tensão" permanece e "ω" sente como desprazer.

Conforme verificamos anteriormente, para o sistema nervoso livrar-se dessas quantidades seria necessária uma "intervenção" no "mundo externo"; ou seja, surge a necessidade de alguém do "mundo externo" realizar a "ação específica", no caso, a mãe (ou uma pessoa prestativa) que deverá estar atenta ao choro da criança e conseqüentemente alimentá-la.

Apresentaremos a seguir um exemplo de como se processa a "ação específica", de acordo com as formulações de Freud (1995).

No caso de uma criança faminta (um bebê), ocorre que os estímulos endógenos (fome) vão somando-se, até que se tornem estímulos psíquicos ao investirem os neurônios do manto, onde serão registrados. Os neurônios "ω" sentiram o acúmulo de energia como desprazer e produziram uma "descarga" no aparelho motor provocando uma alteração interna, no caso, o

choro. O fato de simplesmente chorar não cessa a somação dos estímulos endógenos, pois a fome continua. Portanto, será necessária uma "ação específica", que seja realizada por alguém no mundo externo (no caso, a mãe), que deverá estar "atenta para o estado da criança", ou seja, atenta ao que Freud referiu como "alteração interna", no caso o choro, ocorrendo assim a "vivência de satisfação".

Haveria alguma consequência da "vivência de satisfação"?

Conforme Freud (1995), como consequência da "vivência de satisfação", três situações ocorrem no sistema " ψ ":

a) A "eliminação" do processo de "somação" e, consequentemente, da sensação de "desprazer" no sistema " ω ";

b) Em " ψ " do manto seriam "ocupados" "um" ou "vários" neurônios que estariam relacionados à "percepção de um objeto" (no exemplo a mãe - pessoa prestativa);

c) Também seriam registradas em outros neurônios do "manto" "as notícias de eliminação" por intermédio do "movimento reflexo" que sucedeu à "ação específica" (no exemplo, os movimentos de ingestão do alimento).

Frente ao exposto, Freud (1995) refere que se formou uma "facilitação" entre as "ocupações" dos neurônios do "manto" e os neurônios "nucleares".

Como é possível ser formada uma "facilitação" entre " ψ do núcleo" que recebe os estímulos endógenos e " ψ do manto" que registra os acontecimentos que ocorreriam no sistema?

Cabe esclarecer que essa facilitação se refere aos caminhos percorridos pela quantidade de energia que investiu " ψ do núcleo", chegando até " ψ do manto" e que fora sentido por " ω ", o qual produziu a descarga no "aparelho motor", no caso o choro da criança que propiciou a "ação específica" por parte da mãe que saciou a fome do filho. Em linhas gerais, formou-se um caminho entre os neurônios que produziu a satisfação.

Esclarece Freud (1995, p.33) que isto é possível em função da "lei de associação por simultaneidade", que fundamenta as ligações entre os neurônios " ψ " "...a ocupação quantitativa de um neurônio α de ψ passa para um segundo β , se α e β forem uma vez ocupados simultaneamente a partir de φ (ou de um outro lugar).

Diante da citação acima mencionada, entendemos que a "lei de associação por simultaneidade" indica a associação entre os neurônios, com o concomitante investimento de energia.

Qual a relação da dita lei com a "vivência de satisfação"?

Quando surgir uma nova situação de "somação" dos estímulos endógenos, a "associação por simultaneidade" parece apresentar-se como possibilidade das "Qns" passarem pelo mesmo caminho que fora percorrido na primeira situação, ou seja, pelos caminhos de facilitação entre " ψ do núcleo" e

" ψ do manto" (registro do movimento que interrompeu a somação e do objeto de satisfação), que concomitantemente serão investidos por " Qn' ".

1.6 O Desejo

Observamos no parágrafo anterior que a "vivência de satisfação" propiciou uma "facilitação" entre os neurônios. Veremos agora os aspectos relacionados ao desejo.

Como surge o desejo?

Freud (1995) apresenta a hipótese que o desejo surge juntamente com o reaparecimento de uma nova excitação dos estímulos endógenos.

Vimos que a "vivência de satisfação" propiciou uma "facilitação" entre " ψ do núcleo" e " ψ do manto".

O desejo fará com que as quantidade de energia se dirijam pelos caminhos facilitados decorrentes da "vivência de satisfação", com o objetivo de buscar a mesma satisfação.

O direcionamento da " Qn' " pelo desejo implica na satisfação?

Segundo Freud (1995), o desejo por si só não possui condições de efetivar a satisfação.

Por que não?

Porque o desejo faz com que a energia percorra o mesmo caminho e invista os mesmos neurônios que produziram a "vivência de

satisfação". Assim, ocorrerá o investimento da imagem do objeto, visto que " ψ " do "manto" registrou o objeto que propiciou prazer.

O que resulta este investimento?

Resulta em alucinação, em razão do investimento da imagem do objeto, que é semelhante ao objeto real; ou seja, alucina-se o objeto que causou prazer na "vivência de satisfação".

É possível evitar essa alucinação?

Conforme Freud (1995), é possível na medida em que o "aparelho psíquico" aprenda a discernir entre imagem do objeto e objeto real, o que será possível com a constituição do "Eu".

Freud (1995) explica que a alucinação causa uma tensão de " Q_n " em " ψ ", pois essa alucinação não cessa a "somação" dos estímulos endógenos sendo que este não é um critério que propicia a satisfação.

Refere Freud que o estado de desejo leva a tendência a repetições e essa tendência é a de ocupar a imagem do objeto, o que foi caracterizado como "atração de desejo primária".

Cabe aqui um breve esclarecimento quanto à diferença entre a necessidade (ou "estados apetitivos") e o desejo.

A necessidade parece ser decorrente do acúmulo de estímulos endógenos em " ψ do núcleo"; tais estímulos, ao atingirem " ψ do manto", tornariam-se estímulos psíquicos, o que leva à busca dos caminhos de eliminação das quantidades.

Quanto ao desejo, Milidoni (1993, v.I p. 132) nos apresenta a seguinte caracterização do mesmo:

Um certo 'movimento' que, partindo do desprazer inicial gerado pela acumulação de Q_n em ψ do núcleo 'corre', por assim dizer, à procura da mesma descarga que foi experimentada como prazerosa no ponto final da vivência de satisfação, eis o que diferencia os estados de desejo dos estados meramente apetitivos

Milidoni esclarece ainda que o "objeto de satisfação" está ligado à "percepção", via os neurônios ϕ , e o "objeto de desejo" está ligado à "representação catexizada {em ψ } a partir do desejo". A busca do objeto de desejo é o "movimento" do "desejo".

Conforme a argumentação de Milidoni, entendemos que o estado de desejo é consequência do prazer obtido no processo de satisfação da necessidade e seu objetivo é ir ao encontro desta fonte de prazer, encontro este que poderá ocorrer através da formação do "Eu", o que será explicado a seguir

1.7 A formação do Eu

Conforme verificamos, ocorre um processo alucinatório como consequência da vivência de satisfação, visto que há um superinvestimento de "Qs" na imagem recordativa.

Como é possível evitar esses processos alucinatórios?

Esta situação poderá ser evitada a partir de uma "organização", que fora denominada "Eu".

De que forma o "Eu" se formaria?

"...com regularidade se repete a recepção de Qn's endógenas em determinados neurônios (do núcleo), e (...) o efeito facilitador decorrente daí resulta em um grupo de neurônios cuja ocupação é constante, que corresponde portanto, ao portador de armazenamento exigido pela função secundária" (Freud, 1995, p. 36)

O "Eu" se originaria, assim, a partir de " ψ do núcleo", sendo que o complexo de neurônios que o formam é constantemente investido de quantidades.

Cabe ao eu inibir o superinvestimento de Qn'.

Ao adentrarmos na explicação das atividades desenvolvidas pelo "Eu", será necessária uma breve introdução da distinção entre "Processo primário" e "Processo secundário", para facilitar o entendimento da exposição, já que a caracterização desses processos será retomada no decorrer de nosso trabalho.

Freud (1995) explica que o "Processo Primário", no caso do desejo, consiste no fluir desinibido de quantidades de excitação para re-editar a "vivência de satisfação". Esse processo efetua-se na medida em que não há impedimento para a passagem de quantidades, resultando no superinvestimento da imagem recordativa (do objeto de desejo), em condições que levam à alucinação do objeto de desejo

No que diz respeito ao "processo secundário", verificaremos que a sua função (no desejo) é a de inibir a passagem de quantidades, evitando a alucinação, o que resulta em processos de pensamento.

Retomando os aspectos relacionados ao "Eu", esse cumpre a finalidade, conforme mencionamos, de inibir, no caso do estado de desejo, o investimento de quantidades da imagem do objeto.

Freud (1995) pontua a necessidade de um critério para " ψ " estar "atento" a não ocupação da "imagem" do objeto de "desejo", implicando dessa forma no processo de "inibição" das quantidades.

Para que seja acionado o processo inibitório, Freud (1995, p. 39) apela para o que ele denominara "signos de realidade", que seriam fornecidos pelo sistema " ω ", com a seguinte justificativa:

" Ora, é provável que sejam os neurônios ω os que forneçam este signo, o signo de realidade. Em toda percepção externa origina-se uma excitação qualitativa em ω , mas que no início é sem significado para ψ . Tem-se ainda que acrescentar que a excitação ω conduz à eliminação ω e, [que], a partir dela, como a partir de qualquer outra eliminação, chega até ψ uma notícia. Então a notícia de eliminação de ω é o signo de qualidade ou de realidade para ψ ."

Frente ao exposto, observamos que uma quantidade externa ao atingir o sistema nervoso (excitações externas que atingem " φ " e recebidas por " ψ ") é sentida em ω como excitação qualitativa e que a notícia de eliminação dessa excitação qualitativa " ω " é o signo de qualidade ou realidade para " ψ ".

No entanto, vimos que a excitação qualitativa em " ω " pode ser decorrente da excitação interna (no caso o desejo) . Como se daria o signo de qualidade nesse caso?

Freud (1995, p. 40) explica que a efetivação do signo de qualidade somente ocorre a partir do mundo externo: "...o signo de qualidade

efetiva-se a partir de fora para toda intensidade de ocupação, mas de ψ só para grandes intensidades".

A explicação acima exposta nos leva a entender que no caso da excitação interna, o signo de qualidade só é possível mediante a presença do objeto de desejo no mundo externo. Caso contrário, haveria uma mera alucinação de tal objeto, ou seja, estaríamos diante de uma representação que se confundiria com uma percepção.

Conforme Freud (1995, p.40), a "excitação" de " ω " também cumpre a finalidade de indicar à " ψ " a presença ou não da "percepção", e sua justificativa seria a seguinte:

... tem de se supor para esse objetivo que os neurônios ω estejam originariamente em ligação anatômica com a condução dos diversos órgãos dos sentidos, e que dirijam de novo sua eliminação para aparelhos motores que pertencem aos mesmos órgãos dos sentidos. Então, a notícia da última eliminação (aquela da **atenção reflexa**) tornar-se-á biologicamente, para ψ , um sinal para evitar quantidade de ocupação nessas mesmas direções (...) Portanto, por inibição através de um eu ocupado, os signos de eliminação ω tornam-se de forma bastante geral, signos de realidade que ψ aprende a aproveitar biologicamente.

O que seria esse aproveitamento biológico?

Esse aproveitamento ocorreria mediante o "aparecimento" do "signo de qualidade" para " ψ ", e no caso do desejo, a quantidade se direcionará para a efetivação da "ação específica".

1.8 O Pensar Recordativo ou Reprodutivo

Na sequência da explicação do papel desempenhado pelo "Eu", conceitua-se o processo de pensamento.

Nessa primeira parte do *Projeto*, Freud distingue duas formas de pensamento: o Pensar recognitivo ou Judicativo que busca a identidade com uma ocupação corporal, ou seja, que leva o indivíduo a reconhecer seus próprios movimentos por intermédio do outro; e o Pensar Recordativo ou Reprodutivo que tem como objetivo a repetição da "vivência de satisfação". É ao Pensar Recordativo ou Reprodutivo que a nossa linha de interesse está direcionada.

Vimos que a "inibição" exercida pelo "Eu" possibilita evitar a "alucinação". Vejamos agora o que ocorre no decorrer do caminho desse processo inibitório.

Uma primeira situação que pode ocorrer fora caracterizada como de "identidade".

Essa situação ocorre quando há uma coincidência total entre a "imagem recordativa" do objeto de desejo e a "percepção" do mesmo. Nesse caso, "ω" dá o "signo de qualidade" (realidade) para que haja descarga a partir de "ψ".

Conforme Freud (1995), essa situação (identidade) "não é biologicamente aproveitável", o que implica dizer que não se efetiva o processo de pensamento.



A segunda situação (considerada muito importante por Freud) é a de "semelhança", mas, antes de comentá-la, será necessário observarmos o seguinte: "as ocupações de percepção não são nunca ocupações de neurônios isolados, mas sempre de complexos" (Freud, 1995, p.41).

Uma parte desse "complexo" corresponde ao "núcleo do Eu" e é "constante", sendo denominado como "coisa", e o outro (complexos), refere-se ao "manto", sendo "inconstante" e denominado como "predicado da coisa"

A "decomposição" dos referidos complexos é assimilada ao que Freud denominou "Juízo".

Retornando ao caso da "semelhança", Freud (1995, p.41) assevera que ela ocorre na seguinte situação: "...a ocupação de desejo está presente, e a seu lado uma percepção que não concorda totalmente com ela na sua totalidade, mas só parcialmente".

Assim temos o seguinte exemplo:

1º neurônio a + neurônio b = ocupação de desejo (complexo da representação);

2º neurônio a + neurônio c = ocupação da percepção (complexo perceptivo).

Notamos que não há uma concordância entre os predicados da "coisa" ou seja "b" e "c" e por esta razão Freud (1995, p.41) pontua o seguinte: "A experiência biológica também ensinará aqui que é inseguro iniciar a eliminação enquanto os signos de realidade não concordarem com a totalidade do complexo, mas só com uma parte".

Então deverá ser encontrado um caminho de "c" (percepção) para "b" (ocupação de desejo).

Ilustraremos a situação de semelhança, com o seguinte exemplo de Freud (1995, p.42):

Por exemplo, seja a imagem recordativa desejada a imagem do busto materno e seu mamilo em visão completa, e a primeira percepção uma visão lateral deste objeto sem o mamilo. Na recordação da criança encontra-se uma experiência ocorrida por acaso na amamentação, onde um determinado movimento de cabeça transformou a imagem completa em lateral. A imagem lateral vista conduz agora a um movimento de cabeça que - uma tentativa mostra -, tem de ser executado ao contrário, e chega-se à percepção da visão completa.

Então temos:

1º Imagem mnêmica desejada = imagem do busto materno e seu mamilo em visão completa = $a + b$ (catexia de desejo)

2º Primeira percepção = uma visão lateral deste objeto sem o mamilo = $a + c$ = percepção.

Dá-se, assim, o processo de "julgar", que, segundo Freud (1995, p.42), é a mola propulsora para o processo de pensar, o que é descrito da seguinte forma:

O julgar é, portanto, um processo ψ que só é acessível pela inibição do eu e provocado pela dessemelhança entre a ocupação de desejo de uma imagem recordativa e a ocupação perceptiva que lhe é semelhante. Pode-se partir disto: a coincidência entre ambas as ocupações torna-se um sinal biológico para terminar o ato de pensar e para permitir a eliminação. A discordância dá o impulso para o trabalho de pensar, que termina de novo com a coincidência.

No exemplo citado, entendemos que a semelhança existente implicará no julgamento, ou seja, numa comparação entre os predicados (b) e (c).

Eles se relacionam com a coisa (a), colocando em evidência a relação de semelhança entre os complexos.

Freud (1995) esclarece que a migração de quantidades estaria dominada antes por uma "meta" que por facilitações.

O que seria esta meta?

Gabbi Júnior em nota da obra de Freud (1995, nota 162, p.148) realiza os seguintes esclarecimentos com relação à meta: "A meta é estabelecer a identidade, ou seja, realizar desejo. A vivência de satisfação fixou um caminho de eliminação. Todo o pensar visa estabelecer o mesmo caminho, mas em um estado de inibição por parte do eu"

Como isto ocorreria no exemplo dado?

Ocorreria a ocupação da imagem do objeto de desejo, ou seja b (busto e mamilo em visão completa). Através do "Eu ocupado", por intermédio da inibição, migrarão quantidades neuronais para o estabelecimento da "identidade" entre os complexos.

Durante o percurso a ser seguido, a Qn' encontrará "neurônios facilitados"; e para atingir a meta desejada será necessário, nos diz Freud (1995, p.43) : "(...) ora um gasto maior, ora um gasto menor de ocupação lateral, segundo possa servir-lhe das facilitações existentes ou tenha de agir contra elas".

Então teríamos:

$\underline{c}$ - (visão lateral) busca o caminho até $\underline{b}$ para o estabelecimento da identidade. Tal situação ilustra que a "meta" do "Pensar" é a busca da identidade entre os complexos da imagem do objeto e a percepção registrada deste objeto.

O processo supramencionado, no qual o objetivo é estabelecer uma identidade entre a "representação de desejo" (recordação) e a "percepção" (registro em ψ de um estímulo procedente de ϕ), fora denominado nesta primeira parte do *Projeto* como "pensar recordativo" ou "Reprodutivo". Nesse caso, se for estabelecida uma identidade, poderá ocorrer a "eliminação" sempre que seja dado o "signo de qualidade" ao neurônio correspondente ao objeto de desejo : "...O pensar recordativo tem, portanto, um objetivo prático e um final fixado biologicamente, ou seja, reconduzir, a partir de uma percepção excedente, uma Q_n que migra para a ocupação neuronal faltante" (Freud, 1995, p.43).

Portanto, o "pensar recordativo" ou "pensar reprodutivo" leva à reprodução do encaminhamento de quantidade pelo percurso registrado quando da "vivência de satisfação". A sua efetivação somente ocorre se estabelecida a identidade por intermédio do processo de decomposição (Juízo) dos complexos desiderativo e perceptivo, transformando em identidade a semelhança existente entre a "representação de desejo" e a "percepção". Neste caso, a eliminação poderá ocorrer quando da constatação da presença do objeto, o que é possível por intermédio do "signo de qualidade".

1.9 Diferença entre Pensamento e Processo Primário:

Mencionamos anteriormente que o "Processo primário" ocorre na medida em que não há impedimento para o investimento de quantidades na imagem do objeto, o que implica em alucinação.

Com relação ao "Processo secundário", vimos que é sua função inibir a passagem de quantidades, evitando dessa forma a alucinação, processo este caracterizado como pensamento.

Freud (1995) pontua que o Pensamento (Processo secundário) não pode *alterar* as facilitações decorrentes do "Processo primário". Caso contrário, falsearia os *traços de realidade*.

Diante do exposto, observamos que as facilitações decorrentes do "Processo primário" devem ser preservadas, visto que efetivamente estas propiciarão satisfação ou dor, no caso, *traços de realidade*.

"...é suficiente observar que a facilitação provavelmente seja o êxito [do curso] de uma quantidade maior ocorrida uma só vez (...) As Qs pequenas que passam no caminho do pensar não podem competir em geral com as facilitações" (Freud, 1995, p.48).

Portanto, o Eu possibilita o direcionamento de pequenas quantidades nas facilitações, evitando dessa forma o desgaste de Qs aliadas ao processo alucinatório.

Após a apresentação dos pontos básicos do "Plano geral" do *Projeto* (Parte I), abordaremos a seguir como Freud apresenta na Parte III, alguns dos conceitos mencionados na Parte I, os quais se relacionam ao nosso tema, isto é, à articulação entre pensamento e desejo na teoria freudiana.

À luz da Parte III do *Projeto*, distinguem-se duas grandes formas de Pensar, o "Pensar teórico" e o "Pensar prático".

O "Pensar teórico" se refere à busca da identidade entre uma percepção e uma representação de vivências corporais do sujeito (representações de sensações e de imagens-movimento) e corresponderia, em parte, ao "Pensar recognitivo" ou "Judicativo" da parte I.

A *identidade* entre uma representação de um desejo e uma percepção que se origina no mundo externo, refere-se ao "Pensar Prático", que corresponde parcialmente ao "Pensar reprodutivo" da Parte I.

Reiteramos que o tipo de pensar que nos é relevante é o "Pensar prático", portanto, não nos aprofundaremos no "Pensamento teórico", mas frisaremos o fato que este tipo de pensar serve de *base lógica*, por assim dizer, para o "Pensar prático".

Antes de adentrarmos no "Pensamento prático", é importante verificarmos como é tratado o "Eu" na Parte III do *Projeto*.

O "Eu" passa a ser tratado como sendo correspondente a um "estado ligado" da Q.

Freud (1995, p. 83) indica que entram em jogo "duas exigências", às quais seriam opostas, quais sejam, "ocupação forte" e

"deslocamento fraco". Na medida em que estas são unificadas, chegam a um "estado (...) ligado no neurônio que, apesar da ocupação elevada, permitiria apenas uma corrente pequena". O fundamento é que a corrente em um neurônio é influenciada pelas ocupações que estão ao seu redor. O eu é formado por neurônios que retêm sua ocupação, e tais ocupações encontram-se ligadas devido à influência de uns sobre outros neurônios.

1.10 O Pensar prático

Após a caracterização do "Eu" na Parte III do *Projeto*, verificaremos a seguir em que consiste o "Pensamento prático".

Os esclarecimentos de Freud (1995, p. 91) com relação ao Pensar Prático iniciam-se da seguinte forma:

(...) Aqui é retida uma ocupação de desejo e a seu lado é perseguida, sob atenção, uma segunda ocupação emergente de percepção. Mas, neste caso, o propósito não é descobrir para onde em geral ela conduz, mas sim os caminhos que conduzem à ativação da ocupação de desejo, entrementes retida.

Entendemos que o pensamento prático se efetiva na medida em que a Q que ocupa o neurônio perceptivo direciona-se mediante o mecanismo de atenção às vias propiciadoras da ocupação do desejo.

Freud (1995) explica o Pensar Prático a partir dos seguintes aspectos de caminhos facilitados:

Seja R^+ = representação de desejo

P = Percepção

A primeira tendência a partir de P para R^+ seria:

$P \Rightarrow \text{neurônio a} \Rightarrow \text{neurônio b} \Rightarrow \text{neurônio c} \Rightarrow \dots \Rightarrow (\text{a direção seria para o caminho mais facilitado}).$

Entretanto, a facilitação supramencionada é, conforme Freud (1995, p. 91), "perturbada pela existência de **ocupações laterais**", que estariam mais próximas à representação do desejo.

[illegible]

Notamos no exemplo que a quantidade não se dirige aos neurônios mais facilitados ("b" e "c") e sim ao que está mais próximo da representação do desejo, isto é, ao neurônio "d", o que, segundo Freud, justifica a modificação dos caminhos de P por parte do "Eu".

"Visto que as ocupações são alteráveis, está à discrição do eu modificar o curso desde P até uma ocupação de meta qualquer". (Freud, 1995, p.91)

Gabbi Junior em nota na obra de Freud (Freud, 1995, nota 468, p.213) comenta que nesse último exemplo se efetiva o estabelecimento do estado de ligação entre os neurônios do "Eu", que direciona a Qn' para os caminhos mais adequados.

Freud (1995, p. 91) esclarece que a "meta" no "Pensar prático" está relacionada a uma ocupação "realçada que se destaca por cima do nível do eu". Desta forma, surgiu a seguinte suposição:

- Qn" caminha simultaneamente a partir de +R (a quantidade se destaca por cima do nível do eu)

- P é influenciado por +R bem como por suas "estações superiores".
- Desta forma: + R é conhecido e fixado
- O caminho P...a... deve ser encontrado

As dificuldades do pensar resultariam do direcionamento das quantidades para b e c em função da influência de facilitação.

Assim teríamos:

$$P \quad b \quad c$$

$$d \quad R+ \quad (\text{seria superada}).$$

Freud (1995, p. 92) supõe que deveria ocorrer uma modificação em P no sentido de direcioná-lo ao caminho d... + R. Esse *gasto* de superação de facilitações boas para conduzir Q até o neurônio mais próximo da representação de desejo corresponderia às "dificuldades de pensar".

Freud (1995, p. 9) conclui: "A meta do pensar prático é a identidade, a desembocadura de ocupação de $Q\phi$ deslocada na ocupação de desejo, entrementes retida".

Frente às argumentações mencionadas, entendemos que o "Pensar prático" produz um conhecimento (dos caminhos) antes da ação, sem que necessariamente esta ação ocorra. Poderá ser utilizado, facilitando assim a ação específica. Em última instância, o Pensar Prático seria um substituto do

Desejar, mas ocorrendo em condições quantitativo-mecânicas que advogariam em prol da realização efetiva do Desejo.

No próximo capítulo, veremos que os desejos e pensamentos estarão formulados não mais em termos de circuitos neuronais mas sim representacionais.



**O movimento do Desejo e Pensamento
na Primeira Tópica**



Capítulo 2: O movimento do Desejo e Pensamento na Primeira Tópica

Introdução

Neste capítulo apresentaremos a teoria do aparelho psíquico elaborada por Freud no Capítulo VII de *A interpretação dos sonhos* (1900) que ficou conhecida como Primeira tópica, e faremos isso com o intuito de articularmos as dimensões do desejo e do pensamento à luz dessa teoria.

Cabe esclarecer que nos Capítulos de I a VI de *A interpretação dos Sonhos*, Freud coloca em evidência a importância dos sonhos como atos psíquicos nos quais o desejo é realizado: “Um pensamento, geralmente um pensamento sobre algo desejado, objetiva-se no sonho, é representado como uma cena, ou segundo nos parece, é vivenciado”. (Freud, 1987, v.5 p.489)

Freud (1987) sustenta que, no sonho, o desejo é submetido a uma “censura psíquica”; por essa razão, o que é lembrado e relatado pelo sonhador já foi produto de uma distorção, função exercida pela “elaboração onírica”. O relato apresentado pelo sonhador, Freud o chamou de “conteúdo manifesto”.

Os aspectos do sonho que não são acessíveis ao sonhador foram denominados “conteúdo latente”, que está ligado ao plano do inconsciente, de onde proveio o desejo censurado.

Freud (1987) indica que para encontrar o sentido dos sonhos é necessário percorrer o caminho do “conteúdo manifesto” ao “conteúdo latente” e isso é possível através da interpretação dos sonhos.

Assim sendo, nos Capítulos de I a VI, Freud (1987) apresenta um método para interpretar os sonhos que, a seu ver, são realizações de desejos.

Gostaríamos de esclarecer que nosso trabalho não é sobre a interpretação dos sonhos e sim sobre a sua localização no processo psíquico, que fora desenvolvida no capítulo VII de *A interpretação dos sonhos*, em que buscaremos subsídios para articular as dimensões do desejo e do pensamento, conforme mencionamos.

2.1 Pressupostos do *Projeto* na construção da Primeira Tópica

O capítulo VII de *A interpretação dos sonhos* que foi intitulado como *A psicologia dos processos oníricos* é permeado por algumas das hipóteses desenvolvidas no *Projeto* (capítulo I), relevantes para a fundamentação da formação dos sonhos; Fundamentação que constitui a motivação de ponto de partida para Freud construir a Primeira tópica.

Apresentaremos a seguir uma síntese dos pontos levantados no *Projeto* e que são mencionados no referido capítulo.

Freud (1987) retoma a explicação da “função primária” do aparelho, cuja função é a eliminação imediata e total dos estímulos externos, sendo seu funcionamento semelhante a um “aparelho reflexo”. Desta forma, na

medida em que o aparelho é atingido por quantidades de excitação externa, as descarrega através da via motora.

No entanto, além dos estímulos externos, o aparelho também recebe os de ordem interna, visto as necessidades somáticas, como por exemplo a fome.

As exigências da vida confrontam-no, primeiramente, sob a forma das grandes necessidades somáticas. As excitações produzidas pelas necessidades internas buscam descarga no movimento, que pode ser descrito como uma 'modificação interna' ou uma 'expressão emocional'. (Freud, 1987, v.5. p.515 e 516)

Freud (1987) retoma o exemplo do bebê, que quando faminto "chora, grita ou dá pontapés"; no entanto, a fome não será saciada enquanto não houver o auxílio externo, no caso, a mãe que o nutre, propiciando assim a "vivência de satisfação".

"Um componente essencial dessa vivência de satisfação é uma percepção específica (a da nutrição, em nosso exemplo) cuja imagem mnêmica fica associada, daí por diante, ao traço mnêmico da excitação produzida pela necessidade" (Freud, 1987, v.5, p. 516).

Em função da associação entre a imagem da percepção que propiciou a satisfação e a excitação decorrente da necessidade, quando esta última surgir, ocorrerá um movimento no sentido de "recatexizar" a imagem da percepção, com a finalidade de vivenciar a satisfação.

"Uma moção dessa espécie é o que chamamos de desejo; o reaparecimento da percepção é a realização do desejo, e o caminho mais curto

para essa realização é a via que conduz diretamente da excitação produzida pelo desejo para uma completa catexia da percepção". (Freud, 1987, v.5, p.516)

Diante do exposto, entendemos que o desejo é caracterizado pelo movimento que procura o restabelecimento da satisfação original, ou seja, a vivência de satisfação. A realização do desejo é justamente a efetivação desse restabelecimento.

Freud (1987) pontua que no "estado primitivo do aparelho", o caminho percorrido pelo desejo termina em alucinação, visto a produção da 'identidade perceptiva', a que seria semelhante à vivência de satisfação e não propriamente esta vivência, pois o objeto real (no mundo externo) não está presente. Esse "caminhar" do desejo feito de maneira quase automática e desinibida e sem ter em conta o estado de coisas externas, é concebido por Freud como "processo primário".

Conforme acima exposto, a realização do desejo efetiva-se com o restabelecimento da vivência de satisfação. Para que isto ocorra, de maneira efetiva e não alucinatória, Freud postula o "Processo secundário", ou seja, o Pensamento.

O "Processo secundário" ou pensamento possibilita verificar a existência ou não do objeto por intermédio de um mecanismo de inibição, ou seja, pelo escoamento de pouca quantidade de excitação nas vias de facilitação.

Conforme Freud (1987), por intermédio do "Processo secundário" é possível a busca de outros caminhos, de forma a evitar a alucinação

e estabelecer a "identidade de pensamento" com o mundo externo, o que possibilitará a realização de desejo.

"O pensamento, afinal, não passa do substituto de um desejo alucinatório...". (Freud, 1987, v.2, p.517)

Qual é a relação entre o *Projeto* retomado por Freud e os sonhos?

Freud pontua que o sonho é um dos exemplos de "Processo primário". Nele, a realização alucinatória da representação de desejo distorcida substitui o verdadeiro desejo, o qual se realiza por "vias tortas", por assim dizer.

Como ponto de partida para o atendimento dos aspectos relacionados ao pensamento e o desejo nos sonhos, apresentaremos a seguir a Primeira Tópica, que trata da localização dos sistemas inconsciente, pré-consciente e consciente.

2.2 A Primeira Tópica: A formação dos sistemas inconsciente, pré-consciente e consciente

Cabe aqui um breve esclarecimento quanto ao significado da palavra tópica, que conforme a indicação de Laplanche (1993,p.149), deriva dos termos *topoi ou topos*, cujo significado é o da presença de um ou vários lugares e da relação entre os mesmos.

Se *tópica* significa lugares e a relação entre os mesmos, do que trata a tópica freudiana?

A tópica freudiana é caracterizada pela hipótese do aparelho psíquico ser formado por três sistemas: inconsciente, pré-consciente e consciente.

No decorrer deste capítulo, veremos que o pensamento do sonho forma-se a partir do inconsciente e entrará em conflito com os sistemas pré-consciente e consciente.

A abordagem da formação e localização dos sonhos implica na necessidade de entender a forma pela qual Freud (1987) desenvolveu a hipótese dos sistemas referidos (inconsciente, pré-consciente e consciente).

Laplanche (1993) indica que as primeiras pesquisas de Freud estavam relacionadas à teoria de localizações cerebrais, mesmo conjecturais, cuja base era a pesquisa anatômica, especialmente a teoria dos neurônios.

No entanto, no decorrer de suas pesquisas, Freud decide ficar de momento apenas restrito ao campo psicológico e começa a refletir sobre a tópica de forma a colocar em evidência o funcionamento dos processos psíquicos, o que o conduz à idéia de "localidade psíquica".

Freud (1987) apresenta as "funções anímicas" assemelhando-as aos componentes de um microscópio, denotando assim um caráter metafórico para fundamentar as suas argumentações. Portanto, o "aparelho psíquico" ou "instrumento que executa nossas funções anímicas", é composto como um microscópio e seus componentes foram denominados "instâncias" ou "sistemas" (Freud, 1987, v.5, p.491 e 492).

Freud (1987) coloca que no "aparelho psíquico" não é necessário estabelecer uma "relação espacial" como nas lentes do microscópio, mas é necessária uma ordem dos sistemas, sendo esta justificada da seguinte forma: "...bastaria que uma ordem fixa fosse estabelecida pelo fato de, num determinado processo psíquico, a excitação atravessar os sistemas numa dada sequência temporal...". (Freud, 1987, v.2, p.492)

Portanto, o que importa é a ordem fixa dos sistemas, pelo qual percorrerá a excitação.

Cabe ressaltar que os componentes do aparelho psíquico, ou seja, as "instâncias" ou "sistemas" devem ser considerados como "sistema ψ ", ou seja, portadores de memória.

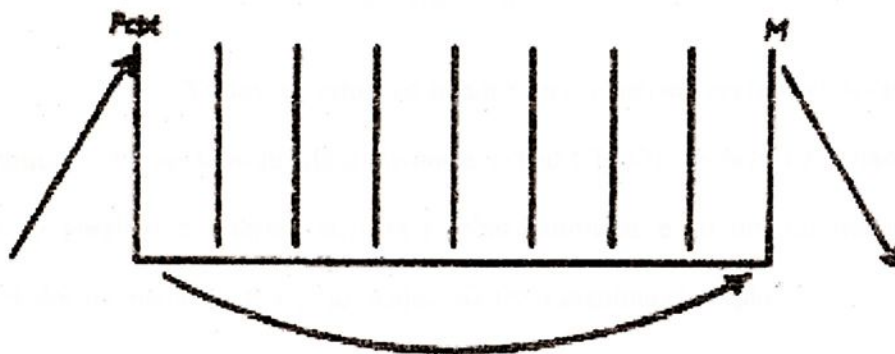
Freud (1987) apresenta três quadros esquemáticos que ilustram o funcionamento do aparelho psíquico.

1º quadro esquemático:

O primeiro quadro esquemático apresenta as características mais gerais dos "processos psíquicos".

(...) A primeira coisa a nos saltar aos olhos é que esse aparelho, composto de sistemas ψ , tem um sentido ou direção. Toda a nossa atividade psíquica parte de estímulos (internos ou externos) e termina em inervações. Por conseguinte, atribuiremos ao aparelho uma extremidade sensorial e uma extremidade motora. Na extremidade sensorial encontra-se um sistema que recebe as percepções; na extremidade motora, outro, que abre as comportas da atividade motora (...)" (Freud, 1987, v.2, p.492)

De acordo com a citação supra, Freud apresenta o seguinte quadro esquemático:



Como podemos verificar, os estímulos externos são recebidos pelo *sistema perceptivo* e são eliminados pela extremidade motora.

Conforme Freud (1987, v.5, p.493), os aspectos relacionados ao primeiro quadro, apenas são condizentes ao "requisito" dos estudos de sua época, cuja concepção era o fato do funcionamento do "aparelho psíquico" assemelhar-se ao do "aparelho reflexo".

2º quadro esquemático:

No entanto, Freud (1987) coloca a necessidade de incluir nesse aparelho a "memória", que é de central importância ao "aparelho psíquico"* constituindo assim um outro sistema, o que parece ter tornado o aparelho psíquico bem mais complexo do que um simples movimento reflexo.

* Sem a memória nenhum estímulo ficaria registrado no aparelho

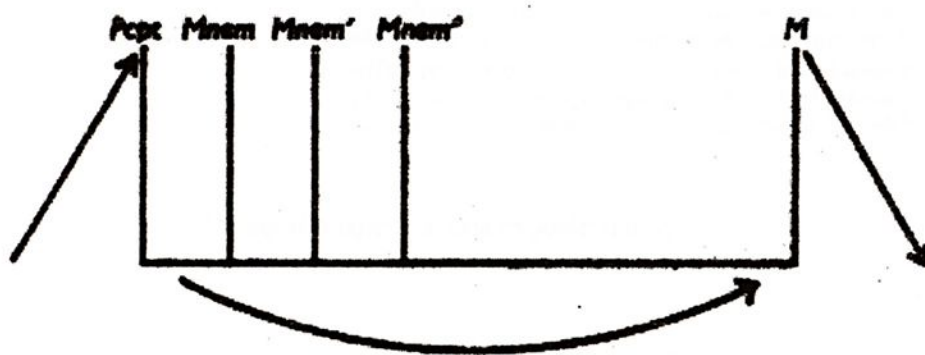
A seguir, temos razões para introduzir uma primeira diferenciação na extremidade sensorial. Em nosso aparelho psíquico permanece um traço das percepções que incidem sobre ele. A este podemos descrever como "traço mnêmico", e à função que com ele se relaciona damos o nome de memória. (Freud, 1987, v.2 p.493)

Vimos no primeiro quadro que o sistema perceptivo recebe os estímulos. Ao ser introduzida a memória, Freud (1987) nos leva a entender que não é possível o referido sistema receber estímulos e ao mesmo tempo ser portador da memória. Por estas razões, ele faz a seguinte distinção:

Suporemos que um sistema logo na parte frontal do aparelho recebe os estímulos perceptivos, mas não preserva nenhum traço deles, e portanto, não tem memória, enquanto, por trás dele, há um segundo sistema que transforma as excitações momentâneas do primeiro em traços permanentes. (Freud, 1987, v.2, p. 453)

De acordo com a colocação acima, o primeiro sistema (localizado na frente do aparelho), recebe os estímulos; no entanto, não os registra, visto estar constantemente aberto aos novos estímulos que atingem o *aparelho psíquico*. O trabalho de transformar as excitações em *traços permanentes* do sistema perceptivo é desenvolvido pelo *sistema mnêmico*.

Vejamos o segundo quadro esquemático.



Segundo Freud (1987), o "sistema mnêmico" registra os estímulos recebidos. Cabe acrescentar que além de registrar tais estímulos, este sistema desenvolve o trabalho de associação entre os elementos da memória.

"A associação consistiria, assim, no fato de que, em decorrência de uma diminuição das resistências e do estabelecimento de vias de facilitação, a excitação é mais prontamente transmitida de um primeiro elemento Mnem. para um segundo do que para um terceiro". (Freud, 1987, v.5, p.494)

Notamos que a associação supramencionada se efetiva na medida em que ocorrem combinações das "vias de facilitações", possibilitando dessa forma a migração da excitação de um elemento Mnem. a outro.

Para dar prosseguimento à localização de outras instâncias do aparelho psíquico, Freud (1987, v. 5, p. 495) baseia-se em seus estudos anteriores sobre a interpretação dos sonhos, objetivando facilitar a compreensão de seus conceitos, e expõe o seguinte:

(...) só nos foi possível explicar a formação dos sonhos arriscando a hipótese de existirem duas instâncias psíquicas, uma das quais submeteria a atividade da outra a uma crítica que envolveria sua exclusão da consciência. A instância crítica, concluímos, tem uma relação mais estreita com a

Freud (1987) localiza o "pré-consciente" na "extremidade motora", para justificar que os "processos excitatórios" que nele ocorrem adentram na consciência sem grandes impedimentos.

Quanto ao "o inconsciente", Freud esclarece que os processos excitatórios que nele ocorrem têm acesso à consciência somente por intermédio do "pré-consciente".

2.3 A Formação dos sonhos

Conforme consta no item anterior, temos três instâncias psíquicas: os sistemas inconsciente, pré-consciente e consciente. A partir da apresentação das referidas instâncias, Freud (1987) explica a formação dos sonhos.

Freud (1987,p.496) inicia a explicação da formação dos sonhos com a seguinte questão: "Em qual desses sistemas, portanto, devemos situar o impulso para a formação dos sonhos?"

O autor nos leva a entender que o desejo onírico está no plano do sistema inconsciente, e que é este, portanto, quem fornece a "força propulsora" da formação dos sonhos: "(...) quando consideramos o desejo onírico, descobrimos que a força propulsora da formação dos sonhos é fornecida

pelo Ics. E, devido a este último fator, tomaremos o sistema inconsciente como ponto de partida da formação dos sonhos". (Freud, 1987, v.5, p. 496)

Freud (1987) mostrará que o desejo, que se realiza nos sonhos, tem como objetivo atingir o sistema pré-consciente para que consiga "ganhar acesso à consciência", mas sofre uma censura por parte do Pré-consciente.

Como se efetiva esta resistência?

É o que pretendemos esclarecer a seguir, ao tratar do processo de "regressão".

Nos quadros esquemáticos, observamos que o "aparelho psíquico" funciona em sentido progressivo, ou seja, os estímulos (externos ou internos) são recebidos pelo "sistema perceptivo" e eliminados pela extremidade motora. No entanto, nos sonhos, esse processo ocorre de maneira inversa e por esta razão, Freud nomeou esse processo de "regressão".

Freud (1987) inicia suas argumentações com relação ao processo acima mencionado indicando que em estado de vigília o pensamento onírico não penetra na consciência, devido à "resistência" ou à "censura" por parte do "pré-consciente".

"A experiência nos mostra que essa via que passa pelo pré-consciente para chegar à consciência é barrada aos pensamentos oníricos durante o dia através da censura imposta pela resistência". (Freud, 1987, v.5 p.496)

Como é possível durante o sono o inconsciente não encontrar resistências e consequentemente adentrar na consciência?

Freud (1987) explica essa possibilidade em razão da "regressão", que seria um movimento no sentido contrário ao funcionamento do "aparelho psíquico"; ou seja, a excitação tem seu direcionamento da "extremidade motora do aparelho" para a "extremidade sensorial", objetivando assim atingir o sistema perceptivo.

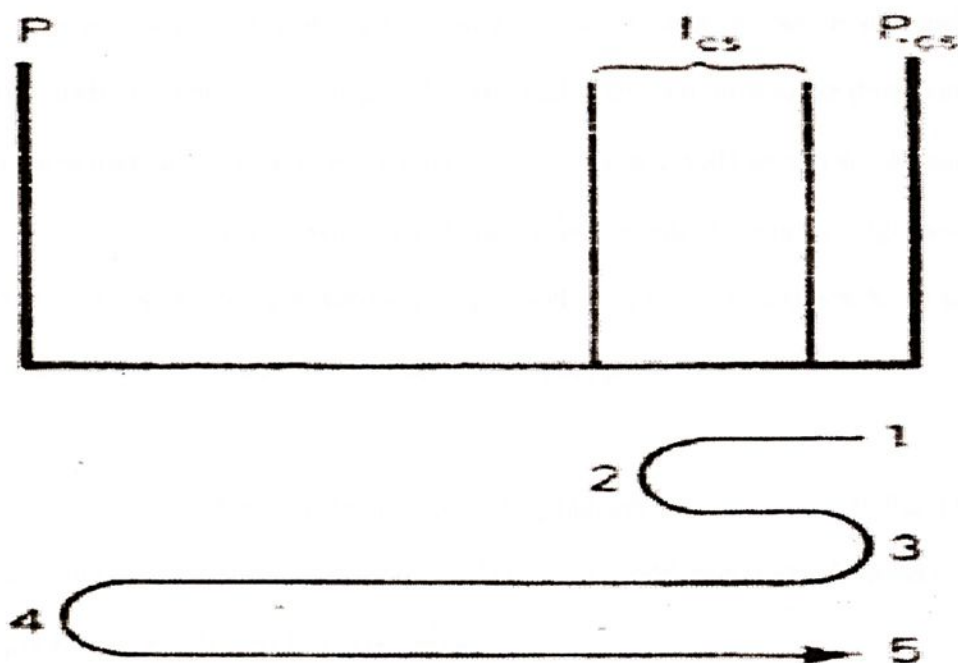
A única maneira pela qual podemos descrever o que acontece nos sonhos alucinatórios é dizendo que a excitação se move em direção retrocedente. Em vez de se propagar para a extremidade motora do aparelho, ela se movimenta no sentido da extremidade sensorial e, por fim, atinge o sistema perceptivo. (Freud, 1987, v.5 p. 496-497).

De acordo com o acima exposto, entendemos que a excitação reativa o sistema perceptivo, eliciando, portanto, a alucinação.

Por que a regressão não ocorre durante o dia?

Diz Freud (1987, v.5, p.498): "Durante o dia, há uma corrente contínua que flui do sistema ψ das percepções em direção à atividade motora, mas essa corrente cessa à noite e não pode mais constituir obstáculos a uma corrente de excitação que flua em sentido oposto. Aqui parecemos ter a 'exclusão do mundo exterior'".

No sentido de facilitar o entendimento do movimento do processo regressivo que Freud apresentou, veremos a seguir o quadro desenvolvido por Laplanche (1993) e suas explicações quanto ao referido movimento que leva a formação dos sonhos.



"Na formação do sonho, temos pensamentos da véspera (1), preocupações, raciocínios, que estão na maioria das vezes no ponto de partida do sonho". (Laplanche, 1993, p.161)

Conforme Laplanche (1993), os "pensamentos e preocupações da véspera", que têm sua origem no estado de vigília, continuam ocorrendo no período de sono. No entanto, para a produção do sonho, é necessário que tais pensamentos e preocupações estejam associados ao inconsciente (2).

"Seguimos, portanto, um percurso regrediente: os restos diurnos vão procurar os pensamentos inconscientes, e é aí que se situa a contribuição energética, o essencial do desejo do sonho". (Laplanche, 1993 p.161)

Laplanche (1993) explica que os pensamentos inconscientes procuram atingir a consciência e a motilidade (3), o que não é possível em função do estado de "repouso do corpo". Por esta razão, tais pensamentos se direcionam até a extremidade perceptiva (4), em que a percepção ativada geralmente é visual.

"É por esse movimento profundamente regrediente, regressivo, que a percepção se vê ativada e é o que pode fornecer uma explicação para o caráter alucinatório do sonho". (Laplanche, 1993, p.161)

Após a reativação da percepção, ocorrerá o retorno ao Pcs. (5), possibilitando assim a *elaboração secundária* que modifica o sonho, fazendo com que ela apareça de uma forma coerente.

2.4 Os Processos Primário e Secundário

No que tange aos "Processos primários" e "Processos secundários", Freud (1987) fará deles uma caracterização em termos tópico/econômicos (ou tópico energéticos).

Assim, Freud (1987) aponta que "processo primário" é aquele que tem lugar no primeiro sistema (Ics), e que "processo secundário" é aquele que resulta da inibição imposta pelo segundo sistema (Pcs.), sendo que nele a energia circula de maneira "ligada" ou "quiescente".

Laplanche & Pontalis (1998), a propósito dos termos "energia ligada" e "energia livre", que são utilizados por Freud para referir-se a dois tipos

de energia operantes nos processos anímicos, apresentam a seguinte caracterização:

[Trata-se de] Termos que exprimem, do ponto de vista econômico, a distinção freudiana entre processo primário e processo secundário. No processo primário, diz-se que a energia é livre ou móvel na medida em que se escoia para a descarga da maneira mais rápida e mais direta possível; no processo secundário, ela é ligada, na medida em que o seu movimento para a descarga é retardado ou controlado. Do ponto de vista genético, o estado livre da energia precede, para Freud, seu estado ligado, pois este caracteriza um grau mais elevado de estruturação do aparelho psíquico". (Laplanche & Pontalis, 1998, p.146)

Veremos a seguir de que forma Freud aborda os aspectos relacionados ao "Processo primário" e "Processo secundário" e suas implicações no que diz respeito aos sonhos.

Uma primeira questão a ser levantada seria a seguinte:

Por que os pensamentos que se realizam no sonho não se tornam conscientes no estado de vigília?

Freud explica que para os pensamentos oníricos se tornarem conscientes é necessária uma "função psíquica", qual seja, a "atenção".

Duas possibilidades podem ocorrer com estes mecanismo, de forma a impedir que os pensamentos oníricos se tornem conscientes.

A primeira situação seria o desvio da atenção dos pensamentos oníricos para o cumprimento de uma outra finalidade.

A segunda possibilidade apresentada por Freud (1987, v. 5, p. 538) está relacionada a "nossas reflexões conscientes".

O curso de nossas reflexões conscientes nos mostra que seguimos um determinado caminho em nosso emprego da atenção. Quando, ao seguirmos esse caminho, esbarramos

numa representação que não resiste à crítica, nós o interrompemos: abandonamos a catexia da atenção.

O que Freud (1987) parece tentar dizer é que o abandono da catexia da atenção é decorrente da crítica que fazemos a um determinado tipo de pensamento. Essa função é desempenhada pelo pré-consciente, sendo racional esta forma de pensamento.

Apesar da crítica exercida por parte do pré-consciente, pode ocorrer, segundo Freud (1987, v. 5, p. 538), que a cadeia de pensamento que fora criticada prossiga seu caminho, até o início do sonho, sem que a consciência tenha observado.

Assim, quando uma cadeia de pensamento é inicialmente rejeitada (conscientemente, talvez) pelo julgamento de que é errada ou inútil para o fim intelectual inédito em vista, o resultado pode ser que essa cadeia de pensamento prossiga, inobservada pela consciência, até o início do sono.

Como isso ocorre?

Os pensamentos que foram desprezados pelo pré-consciente por intermédio da crítica, podem estabelecer uma *ligação* com um desejo inconsciente. Dessa forma, tal desejo inconsciente transfere ao pensamento a energia que lhe pertence.

Entendemos que a ligação supramencionada é que possibilita a persistência dos pensamentos desprezados, os quais migram do pré-consciente para o inconsciente, pois para Freud (1987, v. 2, p. 539): “Podemos exprimir isso dizendo que a cadeia de pensamentos até então pré-consciente foi agora ‘arrastada para o inconsciente’”.

2.5 Recalcamento

Vejamos agora como a distinção "primário/secundário" é feita do ponto de vista genético: "(...) os processos primários acham-se presentes no aparelho anímico desde o princípio, ao passo que somente no decorrer da vida é que os processos secundários se desdobram e vêm inibir e sobrepor-se aos primários; é possível até que sua completa supremacia só seja atingida no apogeu da vida (...)". (Freud, 1987, v. 5, p. 546)

A partir da colocação supramencionada, Freud (1987) indica que em razão dos "processos secundários" surgirem conforme nosso desenvolvimento, os desejos inconscientes mais arcaicos são incompreendidos pelo "pré-consciente" e podem ser inibidos por este.

Qual o papel do pré-consciente frente ao desejo inconsciente?

"...o papel desempenhado por este restringe-se para sempre a direcionar pelas vias mais convenientes as moções de desejo vindas do inconsciente..." (Freud, 1987, v.2, p.547).

Ocorre que determinados desejos inconscientes da infância, que ao serem realizados propiciaram prazer, posteriormente, entram em conflito com o Pcs. por gerarem desprazer no sistema Cs.: "...e é precisamente essa transformação do afeto que constitui a essência daquilo que chamamos 'recalcamento'. (Freud, 1987, v. 2, p.547)

Conforme Freud (1987), essa "transformação" efetiva-se conforme o desenvolvimento do indivíduo. Um exemplo dado pelo autor é o do nojo, que inicialmente está ausente no infante, mas que posteriormente se faz presente, visto a atividade do "sistema secundário".

Em razão do aparelho psíquico evitar o acúmulo de quantidades, o que geraria desprazer, Freud (1987, v. 5., p. 547) levanta a seguinte suposição:

(...) o princípio do desprazer assume o controle e faz com que o Pcs se afaste dos pensamentos de transferência {ou pensamentos ligados a desejos inconscientes}. Eles ficam entregues a si próprios - 'recalcados' - e é assim que a presença de um reservatório de lembranças infantis subtraídas desde o princípio ao Pcs. torna-se o sine qua non do recalçamento.

O que ocorre com esses pensamentos recalcados?

Conforme Freud (1987), os pensamentos recalcados constantemente tentam "irromper com sua excitação", de forma a manter uma ligação com o Pré-consciente. Por outro lado, o Pcs continua a opor-se a tais pensamentos.

Dessa forma, os pensamentos recalcados são "intensamente catexizados" pelo movimento do desejo inconsciente e no entanto abandonados pela "catexia pré-consciente": "(...) eles ficam sujeitos ao processo psíquico primário e seu único objetivo é a descarga motora, ou, se o caminho estiver aberto, a revificação alucinatória da identidade perceptiva desejada". (Freud, 1987, v.2, p.548)

Diante do exposto, entendemos que o pensamento recalçado que é catexizado pelo desejo inconsciente busca a descarga motora. No estado de sono, por não haver continência por parte do pré-consciente, ocorre o movimento regressivo, implicando, portanto, nos sonhos: "Se nos restringirmos ao mínimo de novos conhecimentos já estabelecidos com certeza, ainda assim poderemos dizer sobre os sonhos: eles provaram que o suprimido continua a existir tanto nas pessoas normais quanto nas anormais e permanece capaz de funcionamento psíquico". (Freud, 1987, v.2, p.550)

No estado de vigília, e tratando-se de pessoas *normais* - as únicas que são objeto de consideração neste trabalho - pode-se dizer, em síntese, que seus desejos, alicerçados sempre no sistema Ics., e suas primeiras experiências infantis, procuram encontrar satisfação adequada através dos processos de pensamento que são seus substitutos *razoáveis*.

O passo que daremos no capítulo 4 será a apresentação do conceito de Intencionalidade sob a ótica de Searle (1995) que consiste na direcionalidade de estados e eventos mentais para objetos e estados de coisas que têm lugar no mundo externo.

A Intencionalidade sob a ótica de John Searle



Capítulo 3: A Intencionalidade sob a ótica de John Searle

Introdução

Conforme consta na Introdução do presente trabalho, este capítulo destina-se a apresentar o conceito de Intencionalidade sob a ótica de John Searle (1995).

Cabe esclarecer que o “i” maiúsculo de “Intencionalidade” indicado pelo autor funciona como um marcador que destaca o uso mais abrangente e técnico do mesmo, enquanto que o “i” minúsculo, conforme veremos neste capítulo, é apenas uma forma de “Intencionalidade”.

3.1 O conceito de Intencionalidade

Vejamos a formulação preliminar de Searle (1995, p.1) sobre Intencionalidade: “(...) é aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são direcionados para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo”.

Conforme o pensamento de Searle (1995), a Intencionalidade consiste na direcionalidade de estados e eventos mentais para objetos e estados de coisas que têm lugar no mundo externo.

Surge a seguinte questão:

O que são estados e eventos mentais?

Searle (1995) parece não apresentar um conceito específico do que sejam estados e eventos mentais, apenas enfoca a Intencionalidade nestes estados. Mesmo assim poderíamos dizer que a expressão “**estados mentais**” se

refere à situação em que a mente se encontra em determinado momento e a expressão “**eventos mentais**” aos acontecimentos que nela ocorrem. Observamos que entre os termos referidos o mais utilizado pelo autor é “**estados mentais**”.

Quais os tipos de estados e eventos que podem ocorrer na mente?

Apresentaremos no esquema abaixo alguns tipos de estados e eventos mentais indicados por Searle (1995):



De que forma se processa a Intencionalidade nestes estados?

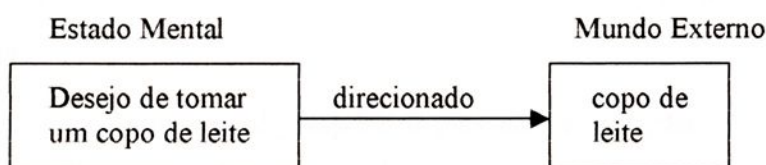
Como ponto de partida, observaremos a seguinte colocação de Searle (1995, p. 2): “(...) apenas alguns estados mentais, e não todos, têm Intencionalidade. Crenças, temores, esperanças e desejos são Intencionais, mas há formas de nervosismo, exaltação e ansiedade não-direcionados que não são”

Todos os termos mencionados na citação acima estão contidas no esquema exposto. Também observamos que alguns deles são intencionais e outros não em função da não-direcionalidade.

Conforme Searle (1995), os estados Intencionais devem ser referentes a alguma coisa, o que é o oposto aos estados não direcionados.

Gostaríamos de caracterizar um estado mental Intencional através do seguinte exemplo de um jovem que deseja tomar um copo de leite para saciar sua fome.

Considerando que o desejo se refere a alguma coisa no mundo externo (o copo de leite), temos um estado Intencional.

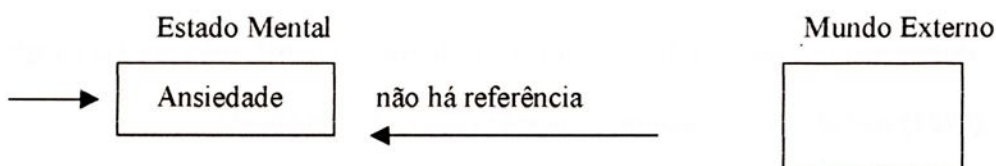


O que seriam os casos não direcionados?

São os estados mentais que não têm relação alguma com o mundo externo, conforme nosso exemplo abaixo:

Uma jovem que está ansiosa sem saber o motivo de sua ansiedade.

Nesse exemplo observa-se que não há qualquer tipo de referência ao mundo externo.



Como vimos, o que diferencia um *estado Intencional* direcionado de um não direcionado é a referência ao objeto e esta referência está na base de questionamentos:

Uma chave para essa distinção é fornecida pelas restrições que envolvem o relato de tais estados. Se eu disser que tenho uma crença ou um desejo, fará sempre sentido perguntar: 'Em que, exatamente, você acredita?' ou: 'O que é que você deseja?', e não poderei responder, 'Ah, eu só tenho uma crença e um desejo sem acreditar em nada nem desejar coisa alguma'. Minhas crenças e meus desejos devem ser sempre referentes a alguma coisa. (Searle, 1995, p.2).

Uma vez exposta a diferenciação entre os estados mentais que têm direcionalidade (isto é, Intencionais) e os não Intencionais, verificaremos a seguir a explicação de alguns aspectos que, segundo o autor, geram algumas confusões:

O primeiro diz respeito ao *pretender* e *intenções*.

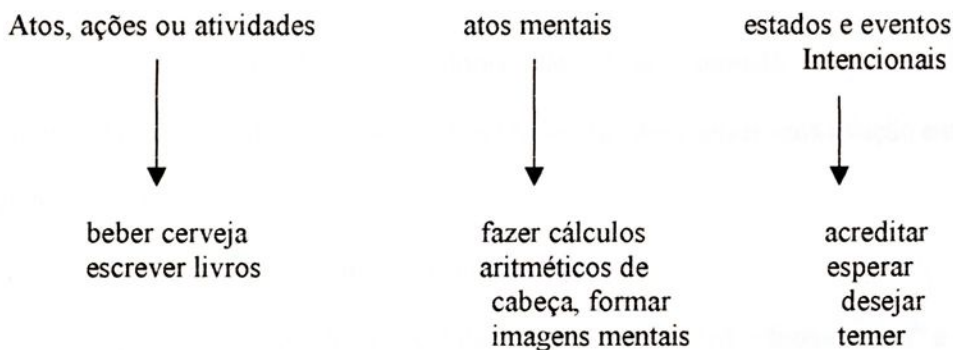
O *pretender* alguma coisa deve ser considerado como uma forma de Intencionalidade dentre outras, não devendo ser confundido com a Intencionalidade.

Com relação a *intenção*, ("i" minúsculo), esclarecemos logo no início do capítulo que as *intenções* devem ser consideradas como formas de Intencionalidade, como é o caso da crença e do desejo e outros estados Intencionais.

O segundo aspecto é com relação à forma errônea com que alguns autores consideram os *atos mentais* como *estados e eventos intencionais*.

De acordo com os exemplos apresentados por Searle (1995), para distinguir o que sejam atos, atos mentais e estados ou eventos Intencionais, elaboramos o seguinte quadro.





Finalizando o delineamento da caracterização searleana de Intencionalidade, arrolaremos a seguir alguns estados mentais que conforme o autor, *podem ser* Intencionais:

Eis alguns exemplos de estados que podem ser Intencionais: crença, temor, esperança, desejo, amor, ódio, aversão, agrado, desagrado, dúvida, imaginar-se, alegria, exaltação, depressão, ansiedade, orgulho, remorso, pesar, culpa, regozijo, irritação, perplexidade, aceitação, perdão, hostilidade, afeição, expectativa, ira, admiração, desprezo, respeito, indignação, intenção, anseio, vontade, imaginação, fantasia, vergonha, luxúria, nojo, animosidade, terror, prazer, abominação, aspiração, divertimento e desapontamento. (Searle, 1995, p.5)

Ressaltamos que os estados acima referidos somente *podem ser* Intencionais se e somente se estão direcionados a objetos e estados de coisas no mundo.

3.2 As relações entre a “Intencionalidade” e o “Modelo do ato de Fala”

Ao apresentarmos o conceito de Intencionalidade, vimos que os estados mentais podem ser Intencionais se e somente se estão direcionados a objetos e estados de coisas no mundo.

Colocados os fatores de direcionamento dos *estados Intencionais* com o mundo, pode-se entender que deve haver uma relação entre ambos.

Como se caracteriza essa relação?

Para responder, o autor relaciona os “estados Intencionais” e os “atos de fala”.

Por que tal relação?

O autor considera que há semelhanças entre os termos dessa relação na forma de “representar”, conforme a seguinte colocação: “os estados Intencionais representam objetos e estados de coisas no mesmo sentido de ‘representar’ em que os atos de fala representam objetos e estados de coisas”. (Searle, 1995, p.6).

Ao relacionar “atos de fala” e “Intencionalidade” notaremos que Searle (1995) se utiliza de alguns pressupostos da filosofia da linguagem; especificamente, ele faz uso de alguns pontos de sua teoria dos atos de fala, pois considera tal estratégia vantajosa do ponto de vista heurístico.

Cabe esclarecer que nosso trabalho não é sobre filosofia da linguagem; conseqüentemente não é sobre a teoria dos atos de fala desenvolvida por Searle, a qual é extensa e complexa. Nossa reflexão será especificamente em torno dos aspectos mais relevantes e destacados pelo autor ao explicar a Intencionalidade.



Para fundamentar a hipótese de que “os estados Intencionais” e “os atos de fala” representam no mesmo sentido objetos e estados de coisas no mundo, Searle apresenta pontos de “semelhança” e “ligação” entre eles, os quais veremos a seguir.

3.2.1 Distinção similar na estrutura dos atos de fala e dos estados Intencionais

O primeiro ponto de “ligação” e “semelhança” a ser contemplado é que da mesma forma que há o emprego de uma distinção na estrutura dos “Atos de fala”, há também nos “estados Intencionais”.

Nos “atos de fala” há a distinção entre “conteúdo proposicional” e “força ilocucionária”.

Na “Intencionalidade”, a distinção se dá entre “conteúdo representativo” e “modo psicológico”.

Searle (1995, p. 8) exemplifica: “Assim como posso ordenar que você saia da sala, prever que você sairá da sala e sugerir que você saia da sala, posso também acreditar que você sairá da sala, temer que você saia da sala, querer que você saia da sala e esperar que você saia da sala”.

Então temos:

- | | | |
|--|---|---------------------------|
| 1) Atos de fala (Força ilocucionária) | → | ordenar, prever e sugerir |
| 2) Estados Intencionais (Modo psicológico) | → | acreditar, temer, querer |

1') Atos de fala (conteúdo proposicional) —————> que você saia da sala

2') Estados Intencionais (conteúdo representativo) —————> que você saia da sala

Em síntese: a distinção entre 1 e 1' é semelhante à distinção operada entre 2 e 2'.

Na teoria dos atos de fala é usual apresentar a distinção entre 1 e 1' por meio da fórmula “F(p)”, em que “F” representa a força ilocucionária e “P” o conteúdo proposicional.

Como podemos observar, a “força ilocucionária” não deve ser confundida com alguma espécie de força de entonação de voz, mas sim, ser assimilada à forma com que o “conteúdo proposicional” é exposto no “ato de fala”.

Na teoria dos estados Intencionais, a distinção em apreço é apresentada por meio da fórmula “S(r)”, em que “S” representa o modo psicológico e “r” o conteúdo representativo.

3.2.2 As direções de adequação

Outro ponto diz respeito às diferentes “direções de adequação”.

Para descrever as “direções de adequação” dos “atos de fala”, Searle (1995) distingue três classes: a “classe assertiva”, a “classe diretiva” e a “classe compromissiva”. Podemos dizer que tais classes completam a frase (“conteúdo proposicional”) considerando diversos aspectos.

A “classe assertiva” tem por finalidade mostrar como as coisas são, como por exemplo, através das “asserções” e “descrições”

Já a “classe diretiva” está relacionada entre outras às “ordens”, “comandos”, “solicitações”; ou seja, o objetivo é fazer com que a pessoa que houve a expressão desempenhe determinada ação (atividade).

Quanto à “classe compromissiva”, ela indica os compromissos do executor do ato de fala com uma determinada ação futura, o que é caracterizado em termos de “promessas”, “votos”, “garantias”, etc.

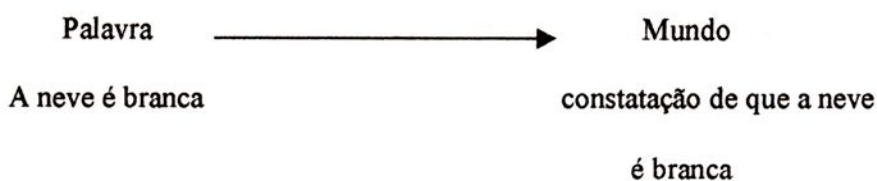
O que seriam as direções de adequação das referidas classes?

Searle (1995) explica que há duas formas de “direção”, ou seja: “direção do ajuste palavra-mundo” e “direção do ajuste mundo-palavra”.

A “direção do ajuste palavra-mundo” ocorre somente no caso da “classe assertiva”, conforme a elaboração de nosso exemplo:

O locutor diz” “A neve é branca”.

Observamos que para verificar se a expressão dita é verdadeira, será necessário que ocorra o “ajuste” desta com o mundo, isto é, que a neve seja branca. Se for constatado no “mundo” que a neve é branca se efetiva o “ajuste”, tornando assim a asserção verdadeira; em caso contrário, não.



ajuste (entre palavra e mundo)

Com relação às classes “diretiva” e “compromissiva”, indica o autor que elas diferem da “classe assertiva”, pois a direção do ajuste é no sentido mundo-palavra; conforme nosso exemplo a seguir:

Exemplo 1 (classe diretiva): “Eu quero que você se levante” (ordem).

Exemplo 2 (classe compromissiva): “Eu lhe darei um presente se você obter boas notas na prova”.

No exemplo 1, o ajuste ocorrerá se o ouvinte se levantar, e no exemplo 2, se a criança obtiver boas notas, o que caracterizaria o ajuste “mundo palavra”.

Frente às referidas diferenciações, Searle (1995, p. 10) indica: “Se a declaração não for verdadeira, é a declaração que está em falta e não o mundo; se a ordem for desobedecida, ou se a promessa é quebrada, não são a ordem e a promessa que estão em falta, mas o mundo na pessoa do desobediente ou daquele que quebra a promessa.”.

Searle (1995) também pontua os casos que não têm direção de ajuste, que são caracterizados como “casos nulos”.

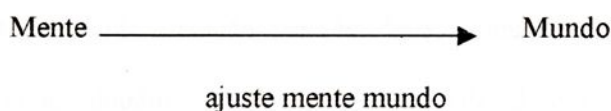
Para explicar este caso, o autor apresenta o exemplo: “eu me desculpar por insultar alguém dizendo tal e qual coisa.

Considerando como verdade a “proposição expressa”, o objetivo é apenas o de “expressar meu pesar” conforme o “conteúdo proposicional”, o que parece ser independente dos ajustes já referidos.

Uma vez expostos os aspectos relacionados às direções de ajuste nos “atos de fala”, vejamos como ficam esses aspectos nos “estados Intencionais”.

Searle (1995) compara a crença (estado Intencional) com a classe assertiva dos atos de fala, sendo que deverá ocorrer uma correspondência desta com o mundo, ou seja, ajuste “mente-mundo”, conforme nosso exemplo:

Eu acredito que o dia esteja ensolarado.



Os estados Intencionais tais como intenções e desejos são comparados às classes diretiva e promissiva pois as intenções e os desejos também devem provocar mudanças no mundo, para que se efetive o cumprimento e realizações de tais intenções e desejos.

Exemplo:

- 1 Ao encontrar Maria desejo dar-lhe um forte abraço
- 2 Provocarei minha esposa com a intenção de que ela brigue comigo.

Searle (1995) indica que da mesma forma que os atos de fala, os estados Intencionais podem ter “direção de ajuste nula”, sendo isto esclarecido a partir de duas situações:

A primeira seria a situação: “estou pesaroso por ter insultado alguém”:

A segunda situação é: “estou satisfeito porque alguém obteve uma vitória”.

A primeira situação implica uma crença de ter insultado alguém e um desejo de não ter insultado.

A segunda situação também leva a uma crença, no caso, a obtenção da vitória por alguém e o desejo da obtenção de tal vitória.

Nas duas situações referidas o autor esclarece que a veracidade da crença e a realização do desejo requerem o ajuste “mente-mundo” e “mundo-mente”, mas os estados de “pesar” e “satisfação” não cumprem nenhum ajuste.

todas essas ligações entre os atos ilocucionários e as condições de sinceridade Intencionais expressas dos atos de fala são internas, isto é, o estado Intencional expresso não é um mero coadjuvante da realização do ato de fala. A realização do ato de fala é necessariamente uma expressão do estado Intencional correspondente. (Searle, 1995, p.12)

Devemos entender que a efetivação de um “ato ilocucionário” (que expressa um estado Intencional) e a do estado Intencional não podem ser

desconexas como, por exemplo, expressar que está fazendo muito frio e, no entanto, não acreditar que isso esteja acontecendo.

E no caso da expressão de uma mentira? Como fica a relação entre o “ato ilocucionário” e o “estado intencional”?

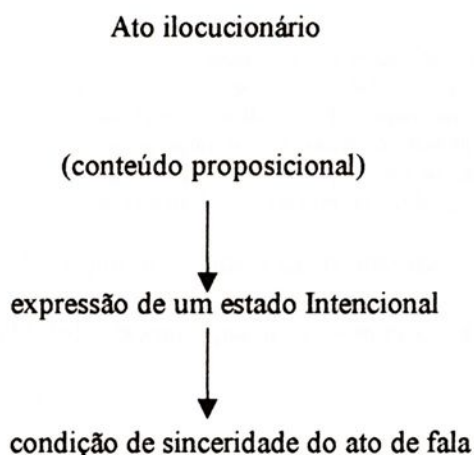
Searle (1995, p.13) menciona que no “ato de fala” uma expressão pode ser insincera, o que teria as seguintes implicações: “É sempre possível mentir ou realizar algum outro ato de fala insincero. Contudo, uma mentira ou outro ato de fala insincero consiste em realizar um ato de fala e, com isso, expressar um estado Intencional quando não se tem o estado Intencional que se expressa”.

Entendemos que na situação mencionada a própria intenção do locutor é a de não expressar através do estado de fala seu real estado Intencional, e qualquer tipo de expressão que ocorra será um ato de fala insincero.

3.2.3 A condição de sinceridade

O terceiro ponto levantado pelo autor diz respeito à conseqüente expressão de um “estado Intencional” e sua implicação da “condição de sinceridade” ao serem executados os “atos de fala”, conforme exposto a seguir: “(...) na realização de cada ato ilocucionário com um conteúdo proposicional, expressamos um certo estado Intencional com esse conteúdo proposicional, e este estado Intencional é a condição de sinceridade desse tipo de ato de fala”. (Searle, 1995,p. 12)

Temos a seguinte ordem:



Exemplo: “Quero que você vá embora”: (conteúdo proposicional: *que você vá embora*)

Ato ilocucionário = ordenação

Estado Intencional que representa a sinceridade do ato de fala: (*desejo que você vá embora*)

Searle (1995) observa que a ligação entre os “atos ilocucionários”, a “expressão de um estado Intencional” e a consequente “condição de sinceridade” é interna.

No que diz respeito ao direcionamento do “ajuste” dos “atos ilocucionais” e das “condições de sinceridade Intencionais”, geralmente são as mesmas.

E se não houver “direção de ajuste”?

Mesmo não havendo o “ajuste” do “ato ilocucional”, o “conteúdo proposicional” contém uma verdade, o que implica na expressão de um

“estado Intencional” que contém uma crença. Ilustraremos esta situação com a citação a seguir:

(...)se peço desculpas por pisar em seu gato (ato ilocucional) expresse remorso (estado Intencional) por ter pisado no seu gato. Nem o pedido de desculpas nem o remorso têm direção de adequação, mas o pedido de desculpas pressupõe a verdade da preposição de que eu pisei no seu gato e o remorso contém uma crença de que pisei no seu gato. (Searle, 1995,p.13)

Nesse exemplo notamos que o locutor, ao pisar no gato, experimentou um estado Intencional, que é o *remorso*, e por isso ele pede desculpas ao dono do gato.

Até então, temos dois aspectos: a) ato ilocucionário (o pedido de desculpas) e o estado Intencional (remorso); os quais não têm direção de “ajuste”.

Independentemente de não ter direção de ajuste, na medida em que o locutor expressa que pisou no gato, revela uma verdade (o fato de ter pisado no gato), que está ligada ao estado Intencional, o “remorso”.

3. 2. 4 As “condições de satisfação”

Outro ponto de semelhança apresentado por Searle (1995) diz respeito às “condições de satisfação”, que são aplicadas aos “atos de fala” e “estados Intencionais” somente nos casos em que há “direção de ajuste”.

Como se dão as “condições de satisfação” nos atos de fala?

Um dos exemplos utilizados por Searle (1995) é o de uma ordem que pode ser “obedecida” ou “desobedecida”, ou uma promessa que poderá ser “cumprida” ou “quebrada”. Caso se processe o “ajuste”, os resultados

serão positivos, implicando assim na realização de “condições de satisfação” ou “condições de sucesso”.

No caso dos “estados Intencionais” o processo é o mesmo, pois explica Searle que, por exemplo, a satisfação de uma crença somente ocorre com a confirmação, através da direção de ajuste, de que algo corresponda à crença, ou, no caso de um desejo, a satisfação ocorre se realmente houver a realização desse desejo.

Vimos que as condições de satisfação são as mesmas para os “atos de fala” e “estados Intencionais”.

Ainda nesse contexto, Searle (1995, p. 14) articula o “ato de fala” e os “estados Intencionais” e explica as condições de satisfação; neste caso, conforme a citação: “o ato de fala será satisfeito se e somente se o estado psicológico expresso for satisfeito e forem idênticas as condições de satisfação do ato de fala e do estado psicológico expresso”.

Notaremos que a satisfação do “ato de fala” depende da satisfação e de sua identidade com o “estado psicológico”, ou seja, do “estado Intencional” expresso. Assim, por exemplo, uma ordem para ser satisfeita, depende da realização da forma expressiva desta ordem.

Searle (1995) também pontua que da mesma forma que as condições de satisfação do “ato de fala” são internas, o mesmo ocorre com as condições de satisfação do “estado Intencional”, conforme o seguinte exemplo:

A neve é branca —————> para o locutor, a única verdade é que a neve é branca.

Eu desejaria que estivesse chovendo —————> para o locutor, o desejo é que esteja chovendo (estado Intencional).

Searle (1995) pontua que os quatros pontos apresentados formam uma “imagem” do que seja “Intencionalidade”, conforme seu ponto de vista.

Através dos pontos referidos, o autor nos leva a entender que qualquer que seja o “estado Intencional”, este contém um “conteúdo representativo” e um “modo psicológico”.

Exemplo: que você saia da sala

- a) conteúdo representativo: que você saia da sala
- b) modo psicológico: Desejo

Também nos leva a compreender através da relação entre os “estados Intencionais” e os “atos de fala” que a forma com que estes representam “objetos” e “estados de coisas” é a mesma, embora em planos distintos (linguístico e psicológico).

“Assim como meu enunciado de que está chovendo é uma representação de um estado de coisas, minha crença de que está chovendo é uma representação do mesmo estado de coisas”. (Searle, 1995, p. 15)

Ato de fala (está chovendo) —————> representa um estado de coisas

Estado Intencional —————> representa o mesmo estado de coisas
(creio que esteja chovendo)

Antes de encerrarmos a abordagem sobre os pontos de semelhança entre “estados Intencionais” e “atos de fala”, é importante pontuar os aspectos relacionados às “condições de satisfação” e sua relação com o “requisito” e a “coisa requerida”, o que Searle, 1995, p. 18) explica da seguinte forma:

(...)se acredito que está chovendo, as condições de satisfação de minha crença são de que esteja chovendo (requisito). É isso que a minha crença exige para ser uma crença verdadeira. E se a minha crença é de fato verdadeira haverá uma certa condição no mundo, a saber, a condição de que esteja chovendo (coisa requerida), que é a condição de satisfação da minha crença, isto é, a condição no mundo que de fato satisfaz minha crença.

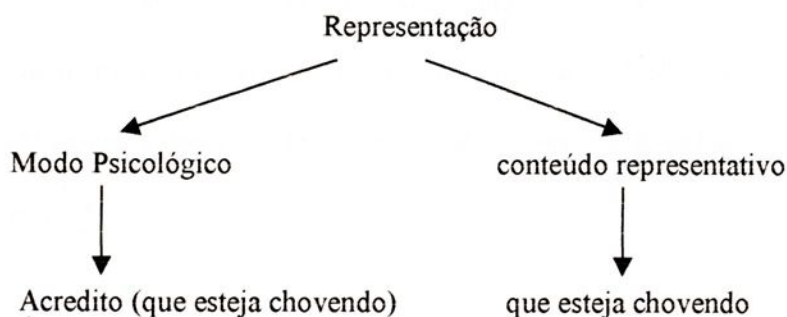
Requisito → que esteja chovendo

Coisa requerida: → o fato de realmente estar chovendo (condição de satisfação da minha crença)

A partir dos aspectos mencionados, Searle (1995, p. 17) nos leva a entender que o que define a representação é seu “conteúdo” e seu “modo”:

“Para mim, uma representação é definida por seu conteúdo e seu modo, não por sua estrutura formal”.

Vejamos como fica a citação acima com o seguinte exemplo:



Para completar o processo acima referido, Searle (1995, p. 18) enfoca a importância das “condições de satisfação” para o entendimento da “representação”: “todo estado Intencional com uma direção de ajuste é uma representação de suas condições de satisfação”.

Diante do exposto, entendemos que com o ajuste *mente-mundo*, como é o caso nas crenças, ou *mundo-mente*, como é o caso na *intenção* ou *desejo*, dar-se-á a representação da satisfação.

No que diz respeito ao “objeto Intencional” Searle (1995) esclarece que este deve ser entendido como sendo aquilo ao que o “estado Intencional” está se referindo.

Se digo por exemplo que eu desejo comprar uma casa, o objeto ao qual estou me referindo é a casa.

Um ponto importante a compreender é que para a obtenção da satisfação será necessário o objeto para efetivação do ajuste entre este e o *conteúdo proposicional* ou *representativo dos atos de fala e estados Intencionais*, respectivamente.

Caso no *ato de fala* não haja um *objeto referido*, conseqüentemente não haverá no *estado Intencional* um *objeto Intencional*, pois como verificamos anteriormente, ao executar um ato ilocucionário, expressa-se um *estado Intencional*.

Um outro ponto importante a destacar é a respeito da *fantasia* e *imaginação* nos *estados Intencionais*.

O autor leva em consideração que há estados Intencionais regidos de *fantasia* e *imaginação*, assim como *atos de fala* que são *ficcionais*.

Searle (1995) explica que no caso dos “atos de fala” o “discurso ficcional” apresenta a simulação de “atos de fala”.

“O discurso ficcional oferece-nos uma série de atos de fala simulados (como um faz-de-conta), em geral assertivas simuladas...”. (Searle, 1995, p.24)

As implicações do “ato de fala” simulado rematam, conforme Searle (1995), no rompimento dos “compromissos palavra-mundo”.

No que diz respeito “aos estados Intencionais”, conduzidos por fantasias ou imaginações, assim como nos “atos de fala”, há também um rompimento que, no caso, é da mente-mundo, pois não procede a “direção de ajuste”.

“Fantasias e imaginações têm seus conteúdos e, portanto, é como se tivessem condições de satisfação, do mesmo modo que uma asserção simulada (ou seja, ficcional) tem um conteúdo e logo é como se tivesse condições de verdade”. (Searle, 1995, p.25)

É fundamental percebermos que nas situações de fantasia e imaginação, por não proceder a “direção de ajuste” tanto nos “atos de fala” como nos “estados Intencionais”, as “condições de satisfação” estão suspensas.

3.3 Significado

Um último aspecto a ser mencionado neste capítulo refere-se ao “significado”.

O “significado”, na abordagem do ato de fala, diz respeito à explicação do “problema” da passagem da física para a semântica, que corresponde à relação entre a emissão dos sons emitidos pela boca e o ato de fala.

Por que abordar esta problemática no contexto dos “estados Intencionais”?

Para chegar a tal explicação, Searle (1995) esclarece que para a efetivação do “ato de fala”, é necessário o processamento de mecanismos físicos, como por exemplo os “ruídos da boca”, que no caso expressarão o que o locutor tem a dizer (não é intrinsecamente Intencional). Por outro lado, os casos dos “estados Intencionais”, como por exemplo a crença e o desejo, “são Intrinsecamente Intencionais”, ou seja, são produtos da mente que independem dos processos físicos (pelo menos no nível dos macro-elementos).

Notamos dois aspectos:

1º É que o ato de fala está relacionado ao processo físico;

2º É que os “estados Intencionais” estão relacionados ao mundo mental.

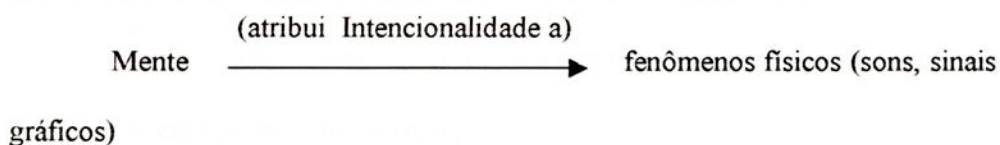
Searle (1995) nos mostra que tanto uma emissão (ato de fala) como um “estado Intencional”, como por exemplo a crença, têm Intencionalidade. No entanto, no caso desta última ela é “intrínseca” e a primeira é “derivada”.

Para explicar como é **derivada** a “Intencionalidade” dos “atos de fala”, Searle explicita que há “um nível duplo de Intencionalidade”, sendo que em primeiro plano estaria o “estado Intencional expresso” e num segundo o “estado Intencional” que caracteriza a realização do ato, sendo este segundo que propicia o primeiro.

“(…) a mente impõe uma Intencionalidade a entidades não intrinsecamente Intencionais, atribuindo Intencionalmente às condições de satisfação do estado psicológico expresso à entidade física externa”. (Searle, 1995, p. 37-38)

Temos:

Eu acredito que esteja chovendo (estado Intencional)



A mente atribui aos fenômenos físicos Intencionalidade expressando estado psicológico correspondente através dos “atos de fala”, conforme a seguinte colocação: “Assim, imponho uma Intencionalidade a minhas emissões, atribuindo-lhes Intencionalmente determinadas condições de satisfação que são as condições de satisfação de certos estados psicológicos. Isso explica

também a relação interna entre a condição essencial e a condição de sinceridade do ato de fala". (Searle, 1995, p.38)

Diante do exposto, devemos entender que as condições de satisfação deverão tanto para o *estado Intencional*, como para os *atos de fala*.

De acordo com as colocações formuladas, temos dois níveis de significado:

1º nível do significado:

Explica a passagem da realização física para o ato ilocucionário

2º nível do significado:

Explica a passagem dos estados mentais para as realizações físicas.

3.4 A Intencionalidade nos estados Consciente e Inconsciente

Vejamos de que forma Searle (1997) aborda a Intencionalidade nos estados consciente e inconsciente.

Para Searle (1997) os aspectos mentais relacionados à consciência não foram tão investigados quanto os relativos ao inconsciente, situação esta que ficou intensificada com o advento da psicanálise.

Notaremos que na ótica searleana a consciência recebe um destaque especial, como se fosse a atriz principal, e o inconsciente o ator coadjuvante, digamos assim.

Como Searle (1997, p. 240) caracteriza a consciência?

Na minha concepção, dentro de nossos crânios há uma massa de neurônios engastada em células neurogliais, e algumas vezes este sistema vasto é intrincado e consciente. A consciência é causada pelo comportamento de elementos de nível inferior, presumivelmente em níveis neuronais, sinápticos e colunares, e como tal é uma característica de nível superior do sistema como um todo (...).

Os dizeres de Searle acima mencionados nos levam a entender que a consciência é propriedade do cérebro; sua origem e produção ocorrem nos processos neurofisiológicos.

O entendimento sobre o processo da consciência, bem como do inconsciente, fica mais claro quando o autor explica a conexão entre esses processos. Assim, apresentaremos a seguir a caracterização searleana do inconsciente.

O estado inconsciente é definido através do modelo de estado consciente, qual seja, nos termos em que aparece na citação acima a caracterização da consciência.

Isso significa que o inconsciente é também uma propriedade de processos neurofisiológicos?

Segundo o autor sim.

Mas, se tudo o que ocorre no cérebro são processos neurofisiológicos e consciência, como sustenta Searle (1997, p. 241), onde então situar o inconsciente?

Nossa idéia de um estado inconsciente é a idéia de um estado mental que apenas acontece de ser inconsciente neste momento; contudo, ainda sim o compreendemos com base no modelo de um estado consciente. No sentido de que o consideramos como sendo exatamente igual a um estado

consciente e como um estado que em certo sentido poderia ter sido consciente". (Searle, 1997, p.219)

O que torna um estado mental inconsciente em determinados momentos?

A resposta envolve a consideração de vários aspectos, e o primeiro deles diz respeito à distinção entre fenômeno produtor de estados mentais e fenômenos mentais propriamente ditos.

O fenômeno produtor de estados mentais tem sua origem na "mielinização dos axônios", sendo a mielina uma substância biológica que envolve o prolongamento de células nervosas. Este processo, conforme Searle, não é consciente.

O fenômeno mental inconsciente diz respeito a coisas que "não estou pensando, ou que reprimi", mas que têm conexão com a consciência, no sentido de que podem tornar-se conscientes (aqui, o "inconsciente mental" de Searle coincidiria com o pré-consciente freudiano).

Um exemplo dado pelo autor sobre o fenômeno mental inconsciente é o seguinte: "Minha crença de que a Torre Eiffel está em Paris"; (este processo é inconsciente quando eu não estou pensando sobre o fato de que a Torre Eiffel está em Paris).

Aqui estão, portanto, dois estados em mim, minha crença e minha mielinização axônica: ambos têm algo a ver com meu cérebro, e nenhum é consciente. Mas somente um é mental, e precisamos deixar claro o que o torna mental e a conexão entre essa característica – qualquer que seja – é a consciência. (Searle, 1997, p.222)

Notamos então que para um fenômeno inconsciente ser mental é necessário que o mesmo tenha uma conexão com a consciência no sentido de uma “acessibilidade à consciência” (Searle, 1997, p.218).

Os dois fenômenos mencionados na citação acima são inconscientes e para distingui-los, Searle (1997) caracterizou os fenômenos como a “mielinização axônica” como “não conscientes” e os fenômenos mentais como “inconscientes”.

Na sequência de suas explicações, Searle pontua aspectos relacionados à Intencionalidade.

Para o autor, qualquer teoria sobre o inconsciente deve levar em conta a distinção entre “fenômenos que são genuinamente Intencionais” e os que em determinados aspectos apenas se comportam “como se” fossem.

No sentido de facilitar o entendimento desta distinção, tomaremos o seguinte exemplo de Searle:

1 Estou com sede agora, realmente com sede, porque não tive nada para beber o dia todo;

2 Meu gramado está com sede, realmente com sede, porque não foi regado durante uma semana.

Assim sendo, o primeiro exemplo é um fenômeno “genuinamente Intencional”, pois há um desejo (consciente) de beber água.

No segundo exemplo, diz Searle que há um caráter metafórico ou figurado, “como-se” o gramado estivesse com sede, o que, portanto, não é genuinamente Intencional.

No entender de Searle (1997, p. 118), os fenômenos genuinamente Intencionais são intrínsecos e a Intencionalidade intrínseca é definida da seguinte forma:

Intencionalidade intrínseca é um fenômeno que seres humanos e determinados animais têm como parte de sua natureza biológica. Não é uma questão de como são tratados, ou como se concebem a si mesmos, ou de que forma preferem descrever-se a si mesmos. É simplesmente um fato evidente em tais animais que, por exemplo, algumas vezes fiquem com sede ou fome, vejam coisas, temam coisas etc.

Como podemos observar, a Intencionalidade intrínseca é um fato de natureza biológica, diferente do *como-se* que descreve os fatos através de metáforas ou sentidos figurados.

Outro aspecto que uma teoria sobre o Inconsciente tem que considerar é: “Os estados Intencionais representam suas condições de satisfação somente sob determinados aspectos, e (...) esses aspectos têm que ter importância para o agente” (Searle, 1997, p. 223).

Exemplo:

Creio que o curso de filosofia da UNESP é realizado na cidade de Marília.

Nesse exemplo, o que importa é a crença referida, e não outros aspectos, como por exemplo, quantos alunos realizam o curso.

Em síntese:

a) Um estado Intencional inconsciente tem que ser intrinsecamente mental (genuinamente Intencional);



b) Um estado Intencional inconsciente tem que ter uma determinada forma aspectual (um determinado aspecto).

Conforme Searle (1997), as duas características referidas são importantes para a sua concepção do Inconsciente, e as mesmas são as bases para explicar que, “em princípio”, os estados Intencionais inconscientes são um “conteúdo possível da consciência”, ou seja, há uma acessibilidade dos Estados mentais Inconscientes à consciência, o que Searle caracteriza como “princípio da conexão”.

Para demonstrar a pertinência das afirmações (a) e (b) acima, Searle (1997) apresenta uma série de argumentos.

O primeiro argumento de Searle é que a Intencionalidade intrínseca é “genuinamente mental” e a Intencionalidade “como-se” não é genuinamente mental, visto que a descrição desta tem caráter metafórico ou sentido figurado. Esse argumento nos leva a entender que essa distinção vale também para qualquer teoria que explica o Inconsciente.

Portanto, os Estados Intencionais inconscientes são intrinsecamente mentais e sua característica é a de que suas atribuições ocorram literalmente, portanto, não cabe o “como-se”.

Searle (1997, p. 225) diz: “Quando digo de alguém que está adormecido que ele acredita que George Bush é presidente dos Estados Unidos, ou quando digo de alguém que está desperto que ele tem um ódio inconsciente mas reprimido de seu pai, estou falando bastante literalmente. Não há nada de metafórico ou como-se nessas atribuições”.

No segundo arrazoado, Searle indica que os “estados Intencionais intrínsecos”, tanto conscientes como inconscientes, “têm formas aspectuais”.

A “forma aspectual” das percepções conscientes é “mais óbvia”, diz o autor, como por exemplo, no caso de um indivíduo que vê um carro. Ao ver o carro, ele terá uma “experiência consciente do objeto” sob seu ponto de vista, o que implica em dizer que seu olhar será sob determinada característica, como por exemplo a cor.

Searle (1997, p. 226) também pontua que há uma correspondência no sentido apontado acima entre “percepções conscientes” e “estados Intencionais”: “um homem pode, por exemplo, querer beber um copo d’água sem querer um copo de H₂O”..

O que o autor nos leva a entender é que o desejo Intencional do homem é beber o cópo de água; a forma aspectual é simplesmente água. Portanto, neste exemplo, a forma aspectual não é H₂O. É a “forma aspectual” sob o ponto de vista do agente que é relevante.

E a característica aspectual do Inconsciente?

É o que Searle (1997, p. 227) procura esclarecer a partir do terceiro ponto, que é introduzido da seguinte forma:

A característica aspectual não pode ser minuciosa ou completamente caracterizada apenas em termos de predicados de terceira pessoa, comportamentais, ou mesmo neurofisiológicos. Nenhum destes é suficiente para fornecer uma descrição minuciosa da forma aspectual.

Para esclarecer a colocação acima, Searle adverte que se uma pessoa apresenta o comportamento de querer água, este comportamento, no entanto, poderá ser o comportamento de querer H₂O.

“Assim, não há como o comportamento, construído sem referência a um componente mental, possa constituir querer água de preferência a querer H₂O.” (Searle, 1997, p.227)

Entendemos, através desse exemplo, que só apenas através do comportamento do indivíduo não dá para saber se a pessoa deseja água ou H₂O.

Da mesma forma, os aspectos neurofisiológicos não explicam as formas aspectuais da Intencionalidade (dos Estados Inconscientes), pois segundo o autor, inexistente forma aspectual no sistema neurônico.

Finalmente, o autor assevera: “...a ontologia dos estados mentais inconscientes, durante o tempo em que são inconscientes, consiste inteiramente na existência de fenômenos puramente fisiológicos.” (Searle, 1997, p.228, grifos nossos).

No entanto, os “estados Intencionais inconscientes” podem ser considerados mentais em razão dos mesmos serem capazes de “produzir consciência”.

Quanto à possibilidade dos “estados Intencionais Inconscientes” produzirem consciência, Searle (1997, p. 231) nos apresenta o seguinte exemplo:

Quando, por exemplo, dizemos de uma substância que ela é alvejante ou venenosa, estamos atribuindo a uma ontologia química uma capacidade de disposição causal para produzir

determinados efeitos. Da mesma forma, quando dizemos do homem que está inconsciente que ele acredita que Bush é presidenete, estamos atribuindo a uma ontologia neurobiológica a capacidade de disposição causal para produzir determinados efeitos, a saber, pensamentos conscientes com formas aspectuais específicas”.

Diante do exemplo exposto, entendemos que os processos neurofisiológicos alojam ** conhecimentos ou experiências adquiridos, os quais não estão constantemente em nosso pensamento. Tais processos têm uma capacidade dispositiva de tornar pensamentos conscientes de acordo com determinados aspectos.

Diz Searle (1997, p. 231): “O conceito de Intencionalidade inconsciente é, por conseguinte, aquele de uma latência relativamente a sua manifestação na consciência”.

Como podemos observar, a *latência* corresponde ao plano dos processos neurofisiológicos que se manifestam nos pensamentos conscientes.

No próximo capítulo, articularemos os pensamentos searleano e freudiano e tentaremos mostrar os pontos em que a teoria de Intencionalidade de Searle (que tem em conta os dados do real) propiciam um melhor acabamento ao pensamento de Freud, que sustenta tão somente a crença na existência do objeto.

** Trata-se de uma metáfora, posto que não se sabe bem como se processa a ‘encarnação’ da experiência adquirida nos estados neurofisiológicos.



Desejo e pensamento em termos de Intencionalidade

Capítulo 4: Desejo e pensamento em termos de Intencionalidade

Introdução

Neste capítulo iremos articular os conceitos de Freud de desejo e pensamento com a teoria da Intencionalidade de John Searle e isto com o intuito de ponderarmos a adequação de nossa hipótese de trabalho central, tal como a mesma fora formulada na Introdução de nosso trabalho. Com efeito, entendemos que a perspectiva de Searle fornece um conceito de Intencionalidade que sustenta sobre boas bases a pretensão freudiana de uma efetiva realização dos desejos através de processos de pensamento que têm em conta os dados do real.

4.1 O aparelho psíquico e a realidade

4.1.1 Algumas considerações de J. Laplanche

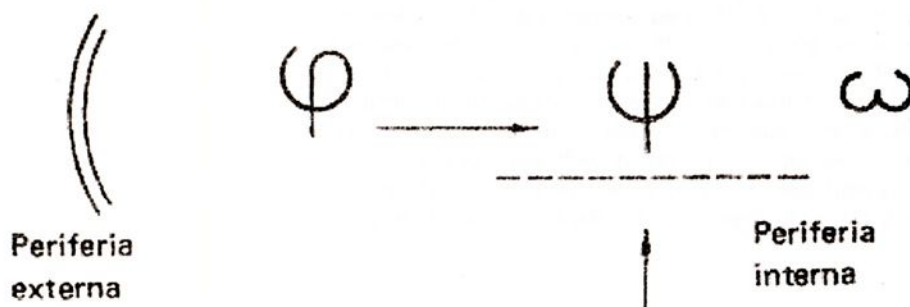
Antes de articularmos as idéias dos autores referidos acima, achamos interessante apresentar algumas considerações de Laplanche sobre o aparelho psíquico do *Projeto*, que retomam e completam alguns pontos por nós já levantados e que são importantes para o estabelecimento de vínculos entre o aparelho psíquico e a realidade.

É preciso sublinhar que, se temos escolhido neste ponto de nossas indagações comentários que tomam como base o modelo do *Projeto*, é



porque é a partir desse modelo que Freud tematiza mais acuradamente a relação entre o pensar e a realidade.

Em relação ao funcionamento do aparelho psíquico do *Projeto*, Laplanche situa os sistemas “ ϕ ”, “ ψ ” e “ ω ” através do seguinte esquema:



No esquema, Laplanche (1985, p. 64) situa a “periferia externa”, representada por um traço duplo: “é a barreira cutânea, mas também os dispositivos protetores que, ao nível do conjunto dos órgãos sensoriais, filtram e atenuam a excitação”

A excitação filtrada e atenuada pela “periferia externa” é recebida pelo sistema “ ϕ ” e transmitida ao sistema “ ψ ”, que registra tudo o que ocorre no aparelho.

Quanto ao sistema “ ω ”, está situado ao lado de “ ψ ”.

Como podemos observar, há uma conexão “ ψ ” com as excitações de ordem interna (linha pontilhada do esquema): “é por aí que chega a energia pulsional que o sistema tem por função descarregar”. (Laplanche, 1985, p.64)

O que Laplanche nos leva a entender através do esquema é que “ ψ ” constitui o centro do “aparelho psíquico” e situa-se no “cruzamento de três vias”, ou seja, as que vêm de “ ϕ ”, “ ω ” e da “periferia interna”.

Se desenharmos o esquema desse aparelho não é, evidentemente, para aceitá-lo tal qual e pretender utilizá-lo em psicanálise. É unicamente para tentar situar aí uma problemática que tem as mais estreitas relações com a função do ego: a problemática da realidade e de sua reprodução na ‘experiência de satisfação’. A realidade externa não é outra coisa, nesse esquema, senão o conjunto das excitações veiculadas pelos aparelhos perceptivos. O que esse esquema nos indica, em sua simplicidade, é que há uma ligação direta do aparelho com a realidade externa. (Laplanche, 1985,p.64)

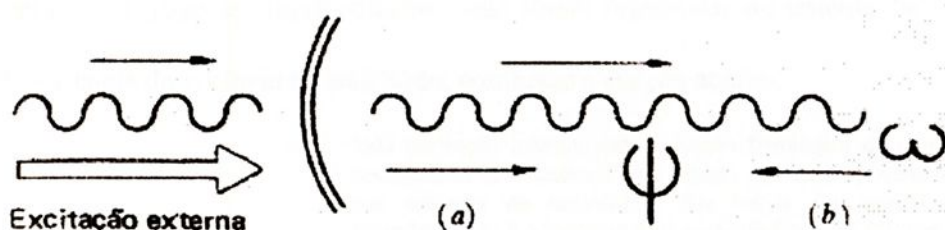
Sabemos que a função do ego no *Projeto* é a de inibir as quantidades de excitação, de forma a verificar a presença ou não do objeto, evitando assim, o desgaste de energia. Por esta razão é que Laplanche esclarece que tal função está relacionada ao problema da “realidade” e de sua reprodução como consequência da “experiência de satisfação”.

O problema da realidade levou Freud a levantar a hipótese do “signo de realidade”, que é fornecido por “ ω ”.

Laplanche (1985, p. 64) nos apresenta a seguinte explicação da produção do “signo de realidade” ou “signo de qualidade”:

Seria uma espécie de ‘clique’ comparável ao que se produz num aparelho mecânico de bolas, cada vez que um certo alvo é atingido. Quando o real é percebido, produz-se automaticamente e repetidamente uma descarga, uma série de descargas que informam o sistema ψ do ‘valor realidade’ das excitações às quais ele é submetido. (Laplanche, 1985,p.64)

Vejamos como Laplanche demonstra o processo do “signo de qualidade”:



No esquema, o autor indica que o “aparelho central”, ou seja, “ ψ ”, ao receber estímulos externos, recebe ao mesmo tempo dois tipos de mensagens: (a) uma que chega da “periferia externa” (por intermédio de “ ψ ”) e outra (b) que é descrita da seguinte forma: “sofre a repercussão de ω , mensagem sobre a mensagem que afeta a primeira com o índice ‘realidade’ ”.

Entendemos que a segunda mensagem pode ser explicada da seguinte maneira: a quantidade de excitação externa é registrada em “ ψ ” e conseqüentemente é percebida por “ ω ”. Este, por sua vez, ao perceber a realidade externa, envia a mensagem a “ ψ ” que a primeira mensagem (a mensagem que chega da “periferia externa”) é real, através da produção da repetição automática de descargas. Isso se processa da seguinte maneira: a notícia da descarga de “ ω ” é interpretada por “ ψ ” como um signo de realidade da percepção.

Laplanche pontua que para evidenciar a realidade do mundo externo, papel este desempenhado por “ ω ”, não é necessária a função do *Ego* ou “Eu”.

No entanto, o *Ego* se faz necessário para distinguir o que é real ou irreal a partir dos estímulos do interior do corpo, pois como vimos no *Projeto*,

entram em jogo as 'representações' que foram registradas no sistema " ψ " em decorrência da vivência de satisfação, conforme a citação abaixo:

toda excitação interna, toda elevação fisiológica do nível da necessidade se traduzem, com efeito, por uma revivescência, nos sistemas da recordação, dos traços das experiências passadas. Esse é o processo designado no Entwurf {"Projeto"}, e depois, ao longo de toda a obra de Freud, pelo termo experiência de satisfação. (Laplanche, 1985,p.65)

Laplanche (1985) tece alguns comentários com relação ao "aparelho psíquico", ainda prematuro (como no caso de uma criança), cujo funcionamento Freud explica através do exemplo de um infante faminto que busca o objeto que propiciou satisfação quando da emergência da mesma necessidade na ocasião anterior.

A explicação de Laplanche (1985) quanto ao contexto da prematuração do "aparelho psíquico" é a de que a criança não dispõe de recursos para suprir as suas necessidades, ou seja, ainda não possui condições de colocar em funcionamento os "mecanismos necessários" que possam propiciar a sua satisfação.

Laplanche (1985) esclarece que esses "mecanismos" foram chamados por Freud como "ação específica", que são na verdade "montagens instintuais" que, no caso do infante, são insuficientes para por si só saciar a sua fome.

Em razão das "montagens instintuais" se efetuarem "progressivamente" e conforme o "ritmo da maturação do sistema nervoso central", a criança não está no início qualificada para a busca da satisfação.

Dessa forma, a satisfação deve ocorrer por intermédio da

“intersubjetividade”, ou seja, um outro ser humano, no caso, a mãe, que saciará a fome do filho através da amamentação.

Laplanche (1985, p. 65) faz a seguinte abordagem com relação ao “signo de qualidade” e à “montagem” efetuada pela criança.

Os signos que acompanham a satisfação (o seio que acompanha o dom do leite nutritivo) vão assumir doravante valor de montagem, e é essa montagem, fantasia ainda reduzida a elementos pouco elaborados, que se encontrará repetida quando de um aparecimento posterior da necessidade.

O autor indica que o processo de repetição da montagem elaborada pela criança causou a *facilitação neurônica*, ou seja, a energia percorrerá as vias que levaram à satisfação da necessidade.

Laplanche (1985, p. 66) nomeou a fantasia da criança, decorrente dos signos que acompanham a satisfação (os quais assumiram valor de montagem) como “montagem fantasmática”, e a caracteriza nos seguintes termos:

(...) o conjunto de alguns elementos representativos ligados numa certa cena, numa cena extremamente rudimentar, feita eventualmente de objetos parciais e não objetos totais, digamos, um seio, uma boca, o movimento de uma boca que pega um seio, por exemplo.

Laplanche (1985) acrescenta que ao surgir novamente uma excitação interna, no exemplo da criança faminta, a “montagem fantasmática” (registrada em “ ψ ” do “pallium”) será “revivificada”, ou seja, a lembrança será investida de energia, implicando no funcionamento de “ ω ”, o qual considera a fantasia como real, ocasionando assim uma “satisfação alucinatória do desejo”. Neste caso “ ω ” não forneceria o “signo de realidade”.

O autor esclarece que Freud considera que a “satisfação alucinatória do desejo” se produza nos primeiros dias de existência de uma criança mas, que no entanto, a necessidade permanece, o que leva a entender que a percepção/consciência no infante ainda não está desenvolvida, razão pela qual se faz necessário a mãe estar atenta para as necessidades do filho.

Laplanche (1985) utiliza-se da “revivescência de desejo”, ocorrida nos primeiros dias de vida do infante, para indicar que nos sonhos a revivescência da representação ocorre como se fosse real e que por esta razão Freud os considerou como modelo de “Processo primário”.

E, em última instância, a razão última da construção do esquema “ ϕ , ψ e ω ” é evitar a alucinação: “É justamente para enfrentar esse problema de sentimento alucinatório da realidade que é construído o esquema: “ ϕ , ψ e ω ”. E é em “ ω ”, no sistema ‘consciência’, que o impacto de reinvestimento de fantasia desencadeia, novamente, a mensagem ou ‘signo de realidade’” (Laplanche, 1985, p. 66).

Diante do exposto Laplanche (1985) nos faz entender que o sistema “ ω ” é fundamental para distinguir o que seja real da fantasia, o que é possível através do “signo de qualidade” e explica:

“Para que o sinal de realidade (também chamado sinal de qualidade) tenha o valor de critério seguro, é necessário que se produza uma inibição do investimento da lembrança ou da imagem, o que supõe a constituição de um ego”. (Laplanche, 1992,p.381)

Entendemos que sem a constituição do *Ego*, o qual, através do processo de inibição evita o superinvestimento da lembrança, o sinal de realidade dado por “ ω ” perderia seu sentido, ocasionando assim a *satisfação alucinatória do desejo*.

Finalmente, Laplanche (1985) indica que a teoria desenvolvida no *Projeto* é uma hipótese freudiana do “funcionamento interno do aparelho psíquico” e é este “modo” de funcionamento (apresentado no Capítulo 1) que decide sobre a realidade ou não do que é representado, pelo menos no tocante à “vivência de satisfação” e suas reedições nos estados de desejo.

4.2 O “Aparelho Psíquico” e a crença

Se passarmos agora para o plano do *pensamento*, veremos que surgem outras nuances. E é aqui que uma conexão com o pensamento de Searle se tornará frutífera.

Como ponto de partida para as articulações entre Freud e Searle, apresentaremos a seguir a seguinte observação sobre a crença em termos freudianos, a qual difere da afirmação da existência externa do objeto.

Vejamos o que nos é dito por Osmyr Faria Gabbi Júnior em nota na obra de Freud:

Como o processo de pensar visa estabelecer se o objeto está presente, sua meta é afirmar a existência externa de objetos. Mas Freud não considera que sejamos capazes de tanto; segundo ele, podemos aspirar no máximo a estabelecer uma crença na existência do objeto. (Freud, 1995, nota 181, p. 152)

Gabby Júnior (1995) indica dois aspectos relevantes:

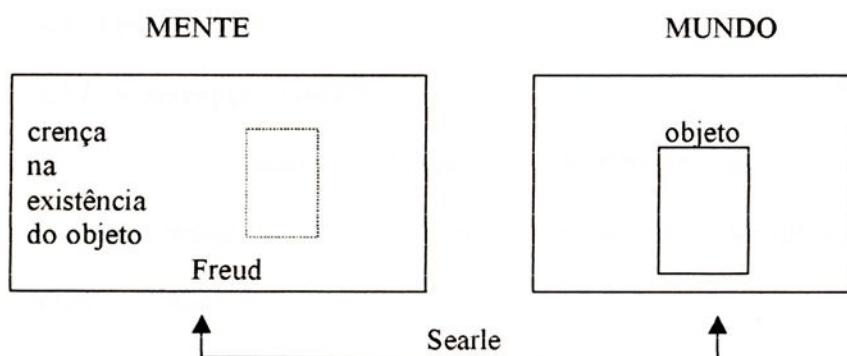
1º a meta do processo de pensamento → afirmar a existência externa de objetos;

2º máxima aspiração do processo de pensamento → crença na existência do objeto.

Tais aspectos nos conduzem ao entendimento de que o modo de funcionamento do aparelho psíquico está no plano de representações internamente, ou seja, na mente do indivíduo, já que uma crença ocorre nesse plano representacional.

Dessa forma, entendemos que o modo de funcionamento do *aparelho psíquico* apresentado no *Projeto* não dá conta de explicar as relações do mental com o mundo externo, de forma a obter uma efetiva satisfação dos desejos.

Elaboramos o seguinte esquema que situa a crença na existência do objeto no plano de representações:



Entendemos que é exatamente nesse ponto que a teoria searleana sobre Intencionalidade poderia contribuir na questão do enlace da representação mental de Freud com o mundo externo, de modo a facilitar a

consecução da satisfação de uma maneira direta. Isso porque, apesar da aludida “ligação direta do aparelho com a realidade externa” como sustentava Laplanche (no contexto da “vivência de satisfação”) ao avaliar em termos de “realidade externa” o “conjunto das excitações veiculadas pelos aparelhos perceptivos” (ver p. 99 acima), quando Freud (1995, p. 46) questiona o valor último dos *signos de qualidade* ou *de realidade* nos diz: “Se, após a conclusão do ato de pensar, chegar o signo de realidade para a percepção, obtém-se o juízo de realidade para a percepção, a crença, e alcança-se a meta da totalidade do trabalho”.

Para a contribuição referida, em termos do pensamento searliano, no que tange à articulação entre o aparelho psíquico e a realidade, reservamos um primeiro momento para algumas considerações de Searle sobre o tema “Intencionalidade da Percepção”, que dá importância ao direcionamento visual aos objetos.

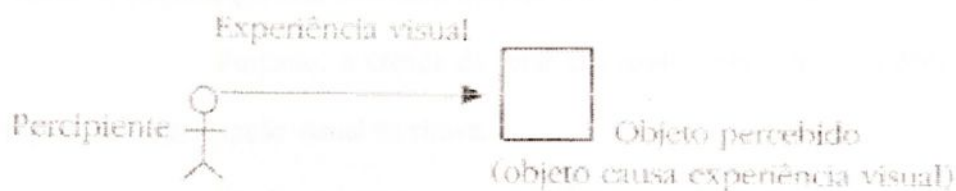
4.3 Freud e Searle

4.3.1 A percepção visual em Searle

Searle (1995) apresenta três elementos que estão envolvidos na percepção visual; são eles: o percipiente (o indivíduo), a experiência visual e o objeto percebido.

O referido autor ressalta que o “objeto percebido” se refere ao estado de coisas no mundo.

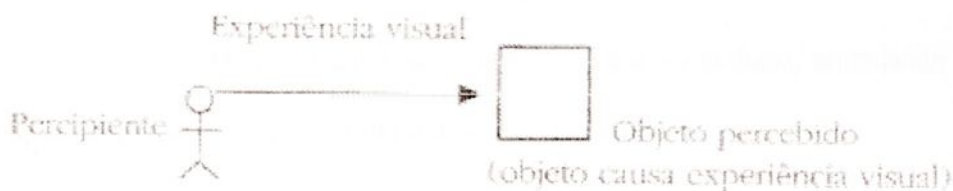
Vejamos a representação gráfica que Searle (1995) elabora e que representa a forma como se processa a percepção visual.



A seta apresentada no gráfico tem por finalidade indicar a direcionalidade da *experiência visual*; tal experiência é portadora de um conteúdo *Intencional* e está direcionada para o *objeto Intencional*.

“O fato de uma seta representar a percepção visual pretende indicar que a experiência visual tem um conteúdo Intencional, está dirigida ao objeto Intencional cuja existência é parte de suas condições de satisfação”. (Searle 1995,p. 81).

Articularemos agora *experiência visual* com *crença* (na perspectiva searlana) e tomemos como exemplo um indivíduo cujo estado intencional é a crença de estar chovendo. O gráfico acima seria explicado da seguinte forma:



Crença (está chovendo)

Objeto percebido (um estado de coisas existente: a chuva)

Assim: X acredita que está chovendo quando X vê que está chovendo.

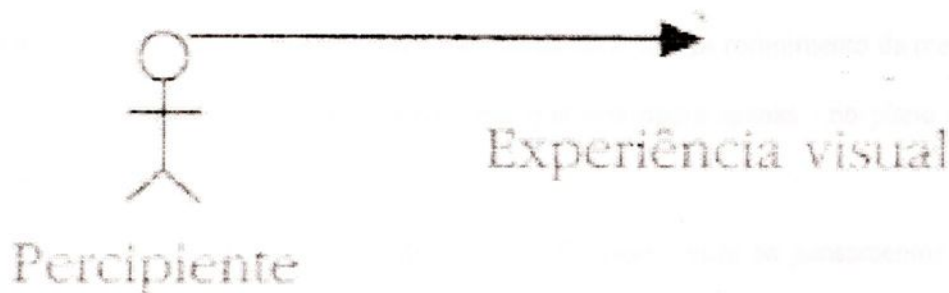
Portanto, a crença de estar chovendo teria suas condições de satisfação na percepção visual da chuva.

Searle esclarece que a experiência visual é inexistente no espaço físico, portanto, a seta no esquema é apenas uma forma de representar a dita experiência.

E no caso da alucinação visual?

A explicação dada por Searle é a de que na “alucinação visual” há uma experiência visual” que tem um conteúdo Intencional; no entanto, o objeto no mundo externo (objeto Intencional) não está presente.

O esquema é apresentado da seguinte forma:



O enlace entre as teorias searlina e freudiana, articulando os aspectos que acabamos de considerar, seria o seguinte:

Conforme verificamos no *Projeto*, o estado de desejo é consequência do prazer obtido na “vivência de satisfação” e seu objetivo é ir ao encontro do objeto que causou prazer.

Entendemos que, se vista à luz do pensamento de Searle, a “vivência de satisfação” provocaria na mente um “estado Intencional”, no caso o desejo, que estaria direcionado ao objeto de prazer no mundo externo, em cuja percepção já estaria implicada sua existência.

4.3.2 O estatuto da alucinação em Freud e Searle

Freud indica que o processo primário se efetiva na medida em que não há impedimentos para a passagem de quantidades, resultando no superinvestimento da imagem do objeto de desejo, o que causa a alucinação. A alucinação consistiria, em última instância, em conceder a uma mera representação o estatuto de uma percepção.

Para Searle, a alucinação ocorre quando uma experiência perceptiva carece de objeto Intencional. Nesse caso, há um rompimento da mente com o mundo, o que nos leva a entender que esta opera apenas no plano das representações.

Haveria, de fato, uma confluência entre os pensamentos de Freud e Searle quanto à inexistência do objeto Intencional. Só que no caso de Freud, como vimos (item 4.1.1), o aparelho psíquico contaria com dispositivos para evitar a alucinação (pelo menos no contexto da normalidade).

4.3.3 O ajuste “mente-mundo” e o “Pensamento Prático”:

Gostaríamos de ressaltar que na abordagem searleana é necessário que ocorra o ajuste “mente-mundo”, como é o caso nas crenças, ou “mundo-mente”, como é o caso no desejo, para que ocorra a satisfação desses estados Intencionais.

Conforme verificamos no capítulo sobre a Intencionalidade, para que haja a satisfação de uma crença é necessária uma constatação no mundo externo; por exemplo, acreditar que determinado objeto está próximo do indivíduo, implica necessariamente na constatação visual do objeto.

A nosso ver, o ajuste mente-mundo da teoria de Searle poderia contribuir ao entendimento do pensamento Prático que, conforme verificamos no *Projeto*, tem por finalidade buscar a identidade entre uma percepção do mundo externo e uma representação de desejo.

Vimos que a efetivação do pensamento prático ocorre quando uma quantidade que ocupa o neurônio perceptivo se direciona para as vias propiciadoras da ocupação de desejo.

O nosso entendimento é de que o “Pensamento prático” produz um conhecimento dos caminhos antes da ação específica, sem que necessariamente haja o investimento de energia para a “ação específica”.

Vimos também que o “Pensamento prático” seria um substituto do Desejar, mas ocorrendo em condições quantitativo-mecânicas que advogariam em prol da realização efetiva do Desejo.



Ao produzir um conhecimento dos caminhos, facilitando a efetivação da ação específica, entendemos que o “Pensamento prático” implica numa crença da presença do objeto.

Acreditamos que nesse ponto da crença no objeto a abordagem searleana daria maiores garantias quanto à existência efetiva do objeto. (Não é por acaso, pensamos, que Searle se assume como “realista ingênuo”; ver Searle, (1995, p.81).

4.4.4 O ajuste “mundo-mente” e a satisfação do Desejo.

Na abordagem de Searle, verificamos que para a satisfação do “estado Intencional de Desejo”, é necessário que haja uma mudança no mundo, ou seja, um ajuste mundo-mente.

Entendemos que o ajuste “mundo-mente” que leva à satisfação do desejo tem uma semelhança com a explicação de Freud no que diz respeito à ação específica, que também deve provocar uma mudança no mundo, como no caso do infante faminto (a mãe que saciará a fome do filho), satisfazendo assim as suas necessidades. Ocorre que a “ação específica” se efetiva por intermédio da crença da presença do objeto no mundo externo e o ajuste “mundo-mente”, no caso do desejo, requer diretamente a mudança no mundo.

Diante dos pontos levantados, observamos que a abordagem de Freud sobre o pensamento como substituto do desejo advogaria a princípio em prol da realização efetiva do mesmo.

No entanto, entendemos que o conceito de Intencionalidade de Searle fundamenta melhor a concepção freudiana, visto que se estipula o acesso ao mundo extra-mental, o que ficou menos nítido no caso de Freud.

Considerações finais

No primeiro Capítulo, vimos que, no *Projeto de uma psicologia científica*, Freud apresenta os processos psicológicos de forma “naturalista”.

Vimos que o *aparelho psíquico* é composto pelos sistemas neurônicos “ ϕ ” (sensação) “ ψ ” (memória) “ ω ” (percepção-consciência). Freud nos dá a entender que em determinados momentos os neurônios estão “ocupados” por quantidades (quantidade de energia em movimento) e em outros “vazios”.

Foi assinalado que a *função primária* do aparelho psíquico é a eliminação imediata e total dos estímulos externos (quantidades de energia), sendo seu funcionamento semelhante a um *aparelho reflexo*. Dessa forma, na medida em que o aparelho é atingido por quantidades de excitação externa, as descarrega através da via motora.

Também vimos que o aparelho recebe os estímulos de ordem interna, o que estaria relacionado às necessidades somáticas, como por exemplo a fome.

O exemplo utilizado foi o do infante que quando faminto “chora, grita ou dá pontapés”; no entanto, para que sua fome fosse saciada, tornava-se necessária a “ação específica”, ou seja, o auxílio do mundo externo, no caso a mãe que o nutre, propiciando a “vivência de satisfação”.

Notamos que em função da associação entre a imagem da percepção que propiciou a satisfação e o traço mnêmico da excitação decorrente da necessidade, quando esta ressurgisse, ocorreria um movimento no sentido de “recatexizar” a imagem da percepção, com a finalidade de vivenciar a satisfação.

Freud nos levou a entender que o desejo é caracterizado pelo movimento que procura o restabelecimento da satisfação original, ou seja, a “vivência da satisfação”, e que a realização do desejo é justamente a efetivação desse restabelecimento.

Foi pontuado por Freud que no “estado primitivo do aparelho”, o caminho percorrido pelo desejo termina em alucinação, visto a produção da identidade perceptiva, que seria semelhante à vivência de satisfação e não ela propriamente, pois o objeto real (no mundo externo) não está presente. Esse “caminhar” do desejo feito de maneira quase automática e desinibida e sem ter em conta o estado de coisas no externo, foi concebido por Freud como uma das modalidades do “processo primário”.

Verificamos também que o sistema “ ω ” tem um papel importante, visto que é este quem dá o signo de qualidade, distinguindo assim o real da fantasia.

No capítulo 2, examinamos a teoria do aparelho psíquico elaborada por Freud no Capítulo VII de *A interpretação dos sonhos*, conhecida como primeira tópica, onde articulamos as dimensões do desejo e do pensamento.

Vimos que a primeira tópica freudiana é caracterizada pela hipótese do aparelho psíquico ser formado pelos sistemas inconsciente, pré-consciente e consciente e que o sonho se forma a partir do inconsciente.

Observamos que no sonho o aparelho psíquico funciona no sentido regressivo; ou seja, a excitação tem seu direcionamento da “extremidade

motora do aparelho” para a “extremidade sensorial”, com o objetivo de atingir o sistema perceptivo.

Freud nos levou a entender que o desejo onírico está no plano do sistema inconsciente, e que é este, portanto, quem fornece a “força propulsora” da formação dos sonhos.

Notamos que o desejo que se realiza nos sonhos tem como objetivo atingir o sistema pré-consciente para que consiga *ganhar acesso à consciência*; no entanto, sofre uma censura por parte do pré-consciente.

Contudo, apesar da crítica exercida por parte do pré-consciente, pode ocorrer que a cadeia de pensamento que fora criticada prossiga seu caminho, até o início do sonho, sem que a consciência tenha observado.

Os pensamentos que foram desprezados pelo pré-consciente por intermédio da crítica podem estabelecer uma *ligação* com um desejo inconsciente. Dessa forma, tal desejo inconsciente transfere ao pensamento (desprezado) a energia que lhe pertence. Tal ligação possibilita a persistência dos pensamentos desprezados, os quais migram do pré-consciente para o inconsciente.

No referido capítulo pontuamos que o *processo primário* fora caracterizado como aquele que tem lugar no sistema inconsciente e o *processo secundário* no pré-consciente, o qual trabalha com energias que se encontram *ligadas*, ao contrário das energias em estado *livre* que circulam no processo primário.

Notamos a indicação de Freud (1995) que em razão dos “processos secundários” surgirem conforme nosso desenvolvimento, os desejos inconscientes mais arcaicos são incompreendidos pelo “pré-consciente” e podem ser inibidos por ele.

Em razão do aparelho psíquico evitar o acúmulo de quantidades, o que geraria desprazer, Freud levantou a suposição que o pré-consciente se afasta dos pensamentos relacionados a desejos inconscientes e, por tal motivo tais pensamentos ficam recalçados.

Observamos que os pensamentos recalçados constantemente tentam irromper com sua excitação, de forma a manter uma ligação com o pré-consciente e que, por outro lado, este último continua a opor-se a tais pensamentos.

O nosso entendimento foi de que o pensamento recalçado que é catexizado pelo desejo inconsciente busca a descarga motora. No estado de sono, por não haver continência por parte do pré-consciente, ocorre o movimento regressivo, implicando nos sonhos.

Diante do exposto no Capítulo 2, chegamos ao entendimento de que os desejos, alicerçados no sistema Inconsciente e nas suas primeiras experiências infantis, procuram encontrar satisfação adequada através dos processos de pensamentos que são seus substitutos *razoáveis*.

No capítulo 3, vimos que para Searle a Intencionalidade consiste na direcionalidade de estados e eventos mentais para objetos e estados de

coisas que têm lugar no mundo externo e que a representação da satisfação desses estados ocorre mediante o ajuste “mente-mundo”, como é o caso nas crenças, ou “mundo-mente”, como é o caso do desejo.

No que diz respeito à Intencionalidade nos estados Consciente e Inconsciente, vimos basicamente os seguintes aspectos:

A consciência é propriedade do cérebro e sua origem e produção ocorre nos processos neurofisiológicos.

O estado inconsciente é definido através do modelo de estado consciente e sua ontologia é a de processos neurofisiológicos.

Para Searle, o fenômeno mental inconsciente diz respeito a coisas que “não estou pensando, ou que reprimi”, mas que têm conexão com a consciência (é essa “acessibilidade à consciência” que caracteriza o fenômeno inconsciente como mental), pois podem tornar-se conscientes (aqui, o “inconsciente mental” de Searle coincidiria com o pré-consciente freudiano).

Vimos também que os estados Intencionais inconscientes são intrinsecamente mentais e sua característica é a de que suas atribuições ocorrem literalmente, não cabendo portanto, o “como-se” que considera o caráter metafórico ou figurado e que portanto não é genuinamente Intencional.

Observamos que para Searle (1997), os processos neurofisiológicos “alojam” conhecimentos ou experiências adquiridas, os quais não estão conscientes em nosso pensamento; tais processos têm uma capacidade dispositiva de tornar pensamentos conscientes de acordo com determinados aspectos.

“O conceito de Intencionalidade inconsciente é, por conseguinte, aquele de uma latência relativamente à sua manifestação na consciência”. (Searle, 1997, p.231)

Diante da citação supramencionada, nosso entendimento foi de que a *latência* corresponde ao plano dos processos neurofisiológicos que se manifestam nos pensamentos conscientes.

Finalmente, no Capítulo 4, articulamos os conceitos de Freud de desejo e pensamento com a teoria da Intencionalidade de Searle.

Nessa articulação observamos que o modo de funcionamento do “aparelho psíquico” apresentado no *Projeto* não dá conta de explicar as relações do mental com o mundo externo, de forma a obter uma efetiva satisfação dos desejos, visto que nele a máxima aspiração do processo de pensamento é a crença na existência do objeto. A mesma consideração se faz extensiva aos conceitos de desejo e pensamento na primeira tópica, onde o padrão de conceituação é o mesmo.

Nosso entendimento, em síntese, foi de que o conceito de Intencionalidade de Searle sustentaria melhor o pensamento freudiano, visto que esse conceito leva em conta os dados do real para a efetiva realização dos desejos.

Referência Bibliográfica

BRENTANO, F. *Psychologie du point de vue empirique*. Tradução de Maurice Gandillaç. Paris: Aubier, Editions Montaigne, 1994.

DUPUY, J.-P. *Nas origens das Ciências Cognitivas*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

FREUD, S. *Projeto de uma psicologia*. Tradução e notas críticas de Osmyr Faria Gabbi Junior. Rio de Janeiro: Imago, (1895) 1995. (Obras isoladas de Freud)

FREUD, S. *Projeto de uma Psicologia científica*. Tradução de José Luis Meurer. Rio de Janeiro: Imago, (1895) 1977. v. 1. (Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud)

_____. *A interpretação dos sonhos*. Tradução de José Luis Meurer, Rio de Janeiro: Imago, (1900) 1977. (Edição Standard Brasileira Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud)

GARCIA-ROSA, L.A. *O Mal Radical em Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

GABBI JUNIOR, O.F. Projeto de uma psicologia científica: máquina falante ou fala maquinal? *Discurso*: revista do departamento de filosofia da FFLCH da USP, São Paulo, v.16, p.95-129, 1987.

JONES, E. *Vida y obra de Sigmund Freud*. Tradução de Mario Carlinsky. Buenos Aires: Ed. Hormé, 1979. v.1

LAPLANCHE, J. *Vida e morte em psicanálise*. Tradução de Cleonice Paes Barreto e Consuelo Fortes Santiago. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

_____. *Problemáticas I A angústia*. 2. ed. S.l.: Martins Fontes, 1993.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. *Vocabulário da psicanálise*. Tradução de Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MILIDONI, C.B. *Heurística freudiana no "Projeto de uma psicologia científica"*. Campinas, 1993. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MILIDONI, C. B. Algumas considerações sobre o Estatuto do Psicológico no "Projeto" Freudiano. *Trans/For/Ação*: revista de filosofia da UNESP, v.17, p.151-166, 1994.



MILIDONI, C.B. Representação mental e cognição: uma abordagem freudiana. In: GONZALES, M. E. R.; BROENS, M. C. (Org.) *Encontro com as ciências cognitivas*. Marília: Ed.Unesp, 1996. v.1

MILIDONI, C.B. Uma visão crítica da concepção searliana do inconsciente freudiano Encontro com as Ciências Cognitivas. In: GONZALES, M. E. R.; BROENS, M. C. (Org.) *Encontro com as ciências cognitivas*. Marília: Ed. Unesp, 1998. v.2

MONZANI, L.R. *Freud : o movimento de um pensamento*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989.

RICOEUR, P. *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Tradução de H. Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

SEARLE, J.R. *Intencionalidade*. Tradução de Julio Fischer e Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *A redescoberta da mente*. Tradução de Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo : Martins Fontes, 1977.

_____. *O mistério da consciência*. Tradução de André Yuji Pinheiro Uema e Vladimir Safatle. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

WOLLHEIM, R. *As idéias de Freud*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1971.



